

MIGRAÇÕES



**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
REPÚBLICA DE CABO VERDE**

MIGRAÇÕES

[CENSO 2000]

Catálogo recomendada:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Migrações – RGPH 2000

Presidente
Francisco Fernandes Tavares

Editor
Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do Censo 2000

Sede
Av. Amílcar Cabral, CP 116
Cabo Verde
Telefone: 61.38.27

Fax: 61.16.56
E-mail: inecv@mail.cvtelecom.cv; inecv@ine.gov.cv

Impresso
Tipografia

Tiragem: 500 exemplares

○ INE na Internet

www.ine.cv

SIGLAS, ABREVIATURAS E LEGENDAS

CONCELHOS

RG	Ribeira Grande
PL	Paúl
PN	Porto Novo
SV	São Vicente
SN	São Nicolau
SL	Sal
BV	Boa Vista
MA	Maio
TF	Tarrafal
SC	Santa Catarina
SZ	Santa Cruz
PR	Praia
SD	São Domingos
SM	São Miguel

MO Mosteiros
SF São Filipe
BR Brava

ESCLARECIMENTOS SOBRE O TEMA

Maria de Lurdes Fernandes Lopes – Tel.: 613827/919683
E-mail: mlurdes@ine.gov.cv

ÍNDICE SISTEMÁTICO

	Pág.
Introdução.....	
I. Contexto.....	
1.1.- Contexto físico-geográfico.....	
1.2.- Contexto histórico e político.....	
1.3.- Contexto sócio-cultural.....	
1.4.- Contexto económico.....	
II. Conceitos e Métodos de Análise.....	
2.1.- O conceito da migração, de residência e do local de nascimento.....	
2.2.- Os métodos de análise.....	
2.2.1. – Os procedimentos metodológicos.....	
2.2.2. – A escolha dos métodos de análise.....	
2.2.2.- A escolha dos métodos de análise.....	
2.2.3.- Apresentação dos métodos.....	
2.3.- Índices utilizados na análise.....	
2.4. – Emigração internacional.....	
2.5.- Conceitos e definições utilizados na análise.....	
2.6.- Qualidade dos dados.....	
III. Migrações internas.....	
3.1.- Migração duração de vida.....	
3.1.1.- Migrações entre ilhas.....	
3.1.1.1.- Ilhas de partida e de destino.....	
3.1.1.2.- Matriz do saldo migratório entre ilhas.....	
3.1.1.3.- Classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão.....	
3.1.2.- Migrações entre concelhos.....	
3.1.2.1.- Concelhos de partida.....	
3.1.2.2.- Concelhos de destino.....	
3.1.2.3.- Matriz do saldo migratório entre concelhos.....	
3.1.2.4.- Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão	
A - Principais Resultados.....	
3.2.- Método da última migração.....	
3.2.1.- Migrações entre ilhas.....	
3.2.1.1.- Ilhas de partida e de chegada.....	
3.2.1.2.- Matriz do saldo migratório entre ilhas.....	
3.2.1.2.- Classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão.....	
3.2.2.- Migrações entre concelhos.....	
3.2.2.1.- Concelhos de partida.....	

- 3.2.2.2.- Concelhos de destino.....
- 3.2.2.3.- Matriz do saldo migratório entre os concelhos.....
- 3.2.2.4.- Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão.....
- 3.2.3.- Migração recente (últimos cinco anos).....
- 3.2.3.1. – Matriz do saldo migratório.....
- 3.2.3.2. Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão....
- B – Principais resultados
- IV. Migrações internacionais.....
- 4.1.- Imigração internacional.....
- 4.1.1.- Método da migração duração de vida.....
- 4.1.1.1. – Volume, proveniência, concelhos de residencia actual e nacionalidade.....
- 4.1.1.2. – Nível de instrução segundo nacionalidade.....
- 4.1.1.3.- Estrutura por sexo e idade segundo nacionalidade.....
- 4.1.2.- Método da última migração.....
- 4.1.2.1. – Volume, proveniência, concelhos de residencia actual e nacionalidade.....
- 4.1.2.2. – Estrutura por sexo e idade segundo nacionalidade.....
- 4.1.3.- Imigração recente (últimos cinco anos).....
- 4.1.3.1. – Proveniência segundo nacionalidade.....
- 4.1.3.2. Estrutura por sexo e idade.....
- 4.1.4.- Migrantes de retorno nos últimos cinco anos segundo nível de instrução.....
- 4.1.5.- Condição perante o trabalho dos migrantes de retorno.....
- 4.2.- Emigração Internacional.....
- 4.2.1.- Volume, País de destino e ano de regresso.....
- 4.2.2.- Estrutura por sexo e idade.....
- 4.3.- Saldo migratório nos últimos cinco anos.....
- C – Principais Resultados
- V. Migrações em direcção aos centros urbanos.....
- 5.1.- Evolução da população urbana.....
- 5.2.- Origem da população residente nos principais centros urbanos.....
- 5.2.1.- População da Cidade da Praia.....
- 5.2.2.- População da Cidade de Mindelo.....
- 5.2.3.- População da Vila dos Espargos.....
- 5.2.4.- População da Cidade de S. Filipe.....
- 5.2.5.- População da Vila de Tarrafal.....
- 5.2.6.- População da Vila de Pedra Badejo.....
- 5.2.7.- População da Cidade de Assomada.....
- 5.2.8.- População da Vila de Porto Novo.....
- 5.3.- Perfil da população não migrante e migrante nos últimos cinco anos residentes no meio urbano.....
- 5.3.1.- Volume e repartição por sexo.....
- 5.3.2.- Estrutura por sexo e idade.....
- 5.3.3.- Nível de instrução.....
- 5.3.4.- Condição perante o trabalho.....

D – Principais resultados
E- Conclusões Gerais

LISTA DOS QUADROS, GRAFICOS E ANEXOS

QUADROS

Quadro n°1: Repartição dos residentes nativos de Cabo Verde, das saídas e entradas por ilhas

Quadro n°2: Matriz do saldo migratório entre as ilhas

- Quadro n°3: Índices de entrada, de saída, de migração líquida e de eficácia por ilha
- Quadro n°4: Classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão
- Quadro n°5: Proporção de saída e índices de entrada e de retenção por concelho
- Quadro n°6: Importância das entradas em relação à população residente nascida em CV
- Quadro n°7: Matriz do saldo migratório entre os concelhos
- Quadro n°8: Entradas, saídas, saldos migratórios e índices de migração líquida e de eficácia
- Quadro n°9: Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão
- Quadro n°10: Repartição dos residentes, das entradas e saídas por ilha
- Quadro n° 11: Matriz do saldo migratório entre as ilhas segundo método de última migração
- Quadro n°12: Classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão
- Quadro n°13: Índices de entrada, de saída, migração líquida e de eficácia por ilha
- Quadro n°14: Proporção de saída e índices de entrada e de retenção
- Quadro n°15: Importância das entradas em relação à população residente nascida em CV por concelho
- Quadro n° 16: Matriz do saldo migratório entre os concelhos
- Quadro n° 17: Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão
- Quadro n°18: Entradas, saídas, saldo migratório, índice de migração líquida e de eficácia
- Quadro n°19: Matriz do saldo migratório entre os concelhos
- Quadro n°20: Índices de entrada, de saída, migração líquida e de eficácia por concelho
- Quadro n°21: Repartição dos imigrantes “duração de vida” segundo sexo por nacionalidade
- Quadro n°22: Repartição dos imigrantes de quatro anos ou mais segundo nacionalidade por nível de instrução
- Quadro n°23: Relação de masculinidade para os imigrantes duração de vida por nacionalidade

Quadro n°24: Repartição dos imigrantes segundo nacionalidade, por sexo “método da última migração”

Quadro n°25: Estrutura por sexo e idade dos imigrantes por nacionalidade

Quadro n°26: Relação de masculinidade para os imigrantes segundo método “última migração” por nacionalidade

Quadro n° 27: Estrutura por sexo e idade dos imigrantes nos últimos cinco anos por nacionalidade

Quadro n°28: Idade mediana dos imigrantes residentes no país nos últimos cinco anos segundo sexo por nacionalidade

Quadro n°29: Relação de masculinidade para os imigrantes nos últimos cinco anos

Quadro n°30: Repartição dos migrantes de retorno segundo nível de instrução por grupos etários

Quadro n°31: Repartição dos migrantes de retorno de 10 anos ou mais segundo condição perante o trabalho por nível de instrução

Quadro n°32: Repartição dos migrantes de retorno de 10 anos ou mais segundo grupos de idade por condição perante o trabalho

Quadro n° 33: Emigrantes segundo país de destino por ano de partida (últimos cinco anos)

Quadro n°34: Emigrantes segundo ano de partida por ano de regresso

Quadro n°35: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para os emigrantes

Quadro n°36: Saldo migratório por sexo nos últimos cinco anos

Quadro n°37: População urbana, taxa de urbanização e de crescimento segundo os censos de 1990 e 2000 por ilha/concelho

Quadro n° 38: População da cidade da Praia segundo residência anterior

Quadro n° 39: População da cidade de Mindelo segundo residência anterior

Quadro n° 40: População da Vila dos Espargos segundo residência anterior

Quadro n°41: População residente no meio urbano segundo sexo por estatuto de migração

Quadro n°42: Repartição da população não migrante e migrante de quatro anos ou mais residente no meio urbano nos últimos cinco anos segundo nível de instrução por sexo

Quadro nº43: Repartição da população não migrante e migrante de 10 anos ou mais residente no meio urbano nos últimos cinco anos segundo condição perante o trabalho por sexo

ANEXOS

Quadro A1: População residente segundo concelho de residência actual por local de nascimento

Quadro A2: População residente segundo concelho de residência actual por local de residência anterior

Quadro A3: População imigrante segundo concelho de recenseamento por continente de nascimento

Quadro A3.1: População imigrante de nacionalidade dupla segundo concelho de recenseamento por país de nascimento

Quadro A3.2: População imigrante de nacionalidade estrangeira segundo concelho de recenseamento por país de nascimento

Quadro A3.3: População imigrante de nacionalidade cabo-verdiana segundo concelho de recenseamento por país de nascimento

Quadro A4: Estrutura por sexo e idade dos imigrantes por nacionalidade

Quadro A5: População imigrante segundo concelho de recenseamento por país de residência anterior

Quadro A5.1: População imigrante de nacionalidade dupla segundo concelho de recenseamento por país de residência anterior

Quadro A5.2: População imigrante de nacionalidade estrangeira segundo concelho de recenseamento por país de residência anterior

Quadro A5.3: População imigrante de nacionalidade cabo-verdiana segundo concelho de recenseamento por país de residência anterior

Quadro A5.4: População imigrante nos últimos cinco anos segundo nacionalidade por residência anterior

Quadro A6: População da Cidade de S. Filipe segundo residência anterior

Quadro A7: População da Vila de Tarrafal segundo residência anterior

Quadro A8: População da Vila de Pedra Badejo segundo residência anterior

Quadro A9: População da Vila de Assomada segundo residência anterior

Quadro A10: População da Vila de Porto Novo segundo residência anterior

Quadro A11: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para população não migrante residente no meio urbano

Quadro A12: Estrutura por sexo e idade e relação de masculinidade para população migrante residente no meio urbano nos últimos cinco anos

Quadro A13: População não migrante residente no meio urbano segundo sexo e nível de instrução por grupos etários

Quadro A13.1: População migrante residente no meio urbano segundo sexo e nível de instrução por grupos etários

Quadro A14: População não migrante residente no meio urbano segundo sexo e condição perante o trabalho por grupos etários

Quadro A14.1: População migrante residente no meio urbano segundo sexo e condição perante o trabalho por grupos etários

GRAFICOS

Gráfico n°1: Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão

Gráfico n°2: Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão

Gráfico n°3: Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão (últimos cinco anos)

Gráfico n°4: Relação de masculinidade para os imigrantes “duração de vida” por nacionalidade

Gráfico n°5: Relação de masculinidade para os imigrantes segundo método “ultima migração ” por nacionalidade

Gráfico n°6: Relação de masculinidade para os imigrantes nos últimos cinco anos

Gráfico n°7: Repartição dos migrantes de retorno de 4 anos ou mais segundo nível de instrução

Gráfico n°8: Repartição dos migrantes de retorno de 10 anos ou mais segundo nível de instrução por condição perante o trabalho

Gráfico n°9: Pirâmide de idades dos imigrantes nos últimos cinco anos

Gráfico n°10: Relação de masculinidade para a população não-migrante e migrante residente no meio urbano nos últimos cinco anos.

BIBLIOGRAFIA

CARREIRA, António – “*Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*”
Universidade Nova de Lisboa, 1ª Edição/Janeiro de 1997

RINCON, Manuel – “*Distribucion Espacial Y Migraciones Internas*”
Centro Latino Americano de Demografia, Febrero de 1984

Analyse des donnés – « *Recensement General de la Population et de l' Habitat de 1991*
- Tome 6: *Migrations* »
Republique Federale Islamique des Comores, Decembre 1996

Grupo de trabalho Emigração, II Plano Nacional de desenvolvimento “*Aspectos institucionais do sector da Emigração*”, Março de 1986

INTRODUÇÃO

A dinâmica da população é determinada por três grandes fenómenos: a fecundidade, a mortalidade e a migração. Esta, contrariamente aos outros dois, não constitui um fenómeno natural. É o resultado das diversas deslocações dos indivíduos, através dos diferentes espaços geográficos num determinado período de tempo, determinada principalmente, por razões económicas. Originada há longos anos em Cabo Verde, devido à política de abandono das autoridades coloniais portuguesas e à escassez de recursos locais, a migração tornou-se uma alternativa de vida do cabo-verdiano, constituindo ao mesmo tempo, uma componente sócio-económica e cultural importante do país. A multiplicidade de dinâmicas demográficas regionais, a necessidade de manter o necessário equilíbrio populacional assim como a integração da problemática dos migrantes, quer no plano económico quer do ponto de vista demográfico, constituiu sempre uma grande preocupação dos sucessivos Governos.

Neste contexto, o Instituto Nacional de Estatística, na sua política de recolha de dados, introduziu no âmbito da realização do RGPH-2000 questões que permitissem analisar a dinâmica da população, satisfazendo a necessidade há muito verificada, de se aprofundar os conhecimentos sobre o fenómeno migratório, e, principalmente da migração interna.

O presente trabalho visa assim estudar os diferentes tipos de mobilidade da população e analisar especificamente, a migração interna com a determinação dos fluxos migratórios, classificação das ilhas/concelhos segundo o seu grau de atracção e de repulsão, os movimentos migratórios provenientes do exterior em direcção a Cabo Verde, a emigração internacional nos últimos cinco anos, e as migrações em direcção aos principais centros urbanos.

Estes objectivos vão ao encontro ao segundo objectivo específico do RGPH-2000 que, visa estudar a dinâmica da população em comparação com os recenseamentos anteriores e outras fontes. Assim, o presente trabalho revela-se de grande importância na medida em que:

- a) As migrações têm influência na distribuição espacial da população, bem como na estrutura da população dos locais de partida e de destino;
- b) É a primeira vez que se obtém informações relativamente detalhadas sobre a migração interna em Cabo Verde;
- c) A classificação das ilhas/concelhos segundo grau de atracção e repulsão apoiará o Governo na definição de medidas de política, susceptíveis de favorecer a fixação das populações nos locais de origem, com vista ao desenvolvimento mais equilibrado do país;
- d) É a primeira vez que se estuda a emigração internacional através dos dados do censo, apesar das informações referirem-se apenas aos últimos cinco anos (de 15/6/95 a 15/6/2000);
- e) É a primeira vez que se caracteriza o fenómeno da imigração internacional, ou seja a transformação de Cabo Verde, conhecido unicamente como país de emigração, para país de imigração.

Há diversos estudos que demonstraram que a migração é um fenómeno característico de Cabo Verde embora, referenciando o passado e sem ter em consideração a migração interna. Estes estudos não disponibilizaram informações a nível dos concelhos e nem basearam-se em inquéritos específicos. O sistema vigente nos Serviços de Emigração e Fronteiras, de preenchimento dos cartões de embarque e desembarque nos aeroportos do Sal e da Praia não constitui uma fonte de recolha fiável, visto que, as pessoas que geralmente emigram declaram outro motivo. Por outro lado, dada a dispersão do país em ilhas, torna-se difícil controlar as entradas e saídas pelo mar. Após o Censo de 1990 a única fonte de recolha demográfica disponível no país é o “ Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva”, realizado pelo INE em 1988 cujo objectivo não visou o estudo da migração.

O RGPH-2000 constitui uma fonte de informação interessante pelo facto de, dado a sua cobertura geográfica exaustiva, permitir estudar a migração a um nível geográfico mais

detalhado que as outras fontes (nível da menor divisão administrativa do país), apesar de não se poder precisar os determinantes e as consequências dos diferentes tipos de migrações, dado ao número limitado de questões e por não contemplar questões de carácter qualitativo.

O trabalho que ora se propõe divide-se em cinco (5) capítulos. O primeiro apresenta uma breve descrição dos diferentes contextos (físico-geográfico, histórico-político, sociocultural e económico) das migrações em Cabo Verde. O segundo, refere-se aos conceitos e métodos de análise. O terceiro analisa a migração interna através dos métodos de “migração duração de vida” e da “última migração”. O quarto caracteriza as migrações internacionais, e o quinto, as migrações em direcção aos principais centros urbanos.

Para finalizar, serão apresentadas as principais conclusões da análise sobre as implicações dos fluxos migratórios obtidos e as consequências que daí podem surgir bem como recomendações para as próximas operações, no que concerne às migrações. Apesar das informações estarem disponíveis a nível das zonas/lugares, no presente trabalho, apenas serão consideradas as ilhas/concelhos como nível geográfico de análise e se possível os resultados serão comparados com outras fontes, nomeadamente o censo de 1990. Os principais resultados serão interpretados em relação aos contextos apresentados no capítulo seguinte.

I. CONTEXTO

Trata-se de apresentar o quadro no qual se realizam as migrações em Cabo Verde, isto é, os aspectos físico-geográficos, histórico-políticos sócio-culturais e económicos que influenciaram de uma maneira ou de outra os movimentos das populações em Cabo Verde.

1.1 Contexto físico-geográfico

Cabo Verde é constituído por 10 ilhas localizadas no prolongamento de uma vasta zona semi-árida e árida que atravessa o continente Africano e, fazendo parte integrante do Sahel. As condições climáticas são do tipo tropical, árido e semi-árido com alternância de uma longa estação seca e curta estação húmida e temperada pela acção

dos ventos do Oceano Atlântico. O relevo, a exposição aos ventos dominantes, a erosão e os condicionalismos climáticos, a existência de diferentes aptidões das terras agrícolas, bem como a distribuição dos recursos hídricos, entre demais factores, constituíram condições específicas que, ao longo do tempo, determinaram o processo de povoamento e a própria dinâmica do crescimento populacional.

Aproximadamente 403 mil hectares que constituem o território nacional, cerca de 10% são constituídas por terras aráveis. A insalubridade aliada às condições de existência precárias das ilhas, a seca e a pressão demográfica, contribuem para intensificar a degradação do meio ambiente e saturar os recursos disponíveis, agravando de forma directa e indirecta, as más condições e a qualidade de vida das populações. Embora este contexto não seja um factor determinante, aliado às frequentes secas, tem influenciado nos movimentos das populações das ilhas menos favorecidas, acelerando ou incentivando fluxos de saídas .

1.2 Contexto histórico e político

Os marcos da história de Cabo Verde, são múltiplos, e estão ligados aos das outras ex-colónias. Inscrevem-se na história da África, marcada pela época da colonização à Independência, pelo regime do partido único e hoje pelo multipartidarismo. É assim que no passado, as autoridades coloniais portuguesas em colaboração com as empresas agrícolas receptoras de mão-de-obra barata, incentivaram e organizaram o recrutamento forçado da mão-de-obra cabo-verdiana, impondo à população uma dinâmica baseada na emigração, como condição de sobrevivência (movimentos relacionados com os imperativos do processo de povoamento das outras ex-colónias portuguesas da África). Outro tipo de movimento que caracterizava a mobilidade externa das populações, era a chamada “migração espontânea”, isto é, grande fluxo de saída de pessoas por livre vontade, tendo como causa a crise alimentar do arquipélago. As necessidades de mão-de-obra indiferenciada, existentes na então chamada metrópole e reconhecida pelas autoridades coloniais – como consequência dos elevados fluxos imigratórios de portugueses para Europa ocidental - motivou a partir da década de 60, importantes deslocamentos de cabo-verdianos para Lisboa. Segundo António Carreira¹, a emigração espontânea estimava-se em 180.000 pessoas no período compreendido entre 1900-1973 e a emigração forçada em 88.000 pessoas no mesmo período.

Desde a Independência (5/7/75) aos nossos dias, as acções dos sucessivos Governos, têm se caracterizado pelo apoio e protecção dos interesses dos emigrantes cabo-verdianos, através de um conjunto de medidas de política e instituições que funcionam de acordo com regras democráticas expressamente consagradas na Constituição da República. Em 1984 foi criado o Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE), que tem por finalidade apoiar o emigrante no seu relacionamento com os organismos estatais, serviços públicos e privados e servir de elo entre o emigrante e Cabo Verde (Decreto n.º 107/84, de 3 de Novembro de 1984).

Dos Programas dos Governos da II República (1991-2001) destacaram-se em especial as seguintes acções:

¹ Livro “Migrações nas ilhas de Cabo Verde, Universidade Nova de Lisboa

- i) Manter e reforçar os laços das comunidades com Cabo Verde, designadamente, através da preservação e divulgação da cultura cabo-verdiana e do apoio à criação das Casas de Cultura Cabo-verdiana e a realização de congressos ou jornadas que contribuam para o reforço da cabo-verdianidade, nos países de acolhimento;
- ii) Sensibilizar as autoridades dos países de acolhimento, promover e colaborar com elas na regularização dos emigrantes cabo-verdianos em situação irregular, e, no combate aos males sociais procurando, designadamente, estabelecer acordos no sentido de uma maior protecção aos emigrantes, nos vários campos de intervenção sócio-económica, com destaque para o acesso à habitação, da melhoria das suas condições de acesso, circulação e permanência no estrangeiro;
- iii) Possibilitar aos emigrantes cabo-verdianos obterem uma dupla nacionalidade sem perder a sua nacionalidade cabo-verdiana;
- iv) Possibilitar aos emigrantes cabo-verdianos, elegerem os seus representantes à Assembleia Nacional e à Presidência da República;
- v) Apoiar o enquadramento do retorno dos quadros emigrantes qualificados.

Foram criadas diversas medidas institucionais que, no plano externo, traduzem-se na criação de representações diplomáticas, prioritariamente, em países onde sejam significativas as comunidades cabo-verdianas, no sentido de se oferecer ao emigrante a segurança e assistência necessárias, no seu relacionamento com as autoridades do país de acolhimento.

No país, essas medidas visam criar condições para facilitar o melhor enquadramento possível do emigrante aquando do seu regresso definitivo, nomeadamente: a isenção de direitos de importação e de imposto de consumo sobre os bens pessoais e de equipamentos importados pelos não residentes regressados definitivamente, considerando para os devidos efeitos, os bens pessoais como bagagens, com excepção dos veículos automóveis (Decreto-Lei n.º 139/91, de 5 de Outubro de 1991) e a instituição e reformulação das contas especiais de emigrantes, ou seja, contas poupança-emigrante, contas de emigrante em moeda estrangeira e contas de emigrante em escudos cabo-verdianos (Decreto n.º 51/84, de 9 de Junho actualizado através do Decreto-Lei n.º 53/95, de 26 de Setembro de 1995). Importa frisar que nos últimos cinco anos a remessa dos emigrantes evoluiu de 7.554,4 milhões de ECV em 1996 para 10.231,6 milhões de ECV em 2000².

A partir da década de noventa, registaram-se em Cabo Verde, fluxos migratórios originários de alguns países do Continente Africano, ao abrigo do parágrafo 1º do artigo 2º do Protocolo sobre a livre circulação de pessoas, o direito de residência e de estabelecimento da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), assinado em Dakar em 1979 e ratificado por Cabo Verde através da Lei n.º 18/II/82. Tem-se registado também fluxos migratórios originários dos Estados membros da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, ao abrigo da Lei n.º 36/V/97, que

² Boletim de Estatísticas do Banco Cabo Verde

define o Estatuto do Cidadão Lusófono no país e reconhece a esses indivíduos com domicílio em Cabo Verde a capacidade eleitoral activa e passiva nas eleições autárquicas, o direito a nacionalidade cabo-verdiana aos filhos de pai ou mãe lusofono nascido em Cabo Verde, o direito a nacionalidade cabo-verdiana sem exigência de perda da sua anterior nacionalidade, direito de investir nas mesmas condições que o investidor nacional, direito de receber e transferir rendimentos para qualquer estado da CPLP e direito a cartão especial de Identificação. Esses cidadãos, atestam paradoxalmente, a vocação imigratória que, ao mesmo tempo, ocorre num contexto difícil para o país.

No que se refere à migração interna, os Governos do partido único (1975-90) adoptaram uma política de desenvolvimento do país baseado na promoção de três (3) pólos (Praia, S. Vicente e Sal) os quais deveriam induzir, de acordo com essa concepção, o crescimento/desenvolvimento das restantes regiões e do país em geral. Tal fenómeno provocou fluxos do meio rural em direcção a esses pólos, provocando um crescimento desmesurado e desordenado dos mesmos.

Nos programas dos Governos da II República introduziu-se nova filosofia de planeamento regional baseado na promoção das “ vocações” de cada região/ ilha, tentando privilegiar a problemática do meio físico, dos recursos renováveis e do ambiente, e o princípio da descentralização, através de uma “ parceria estratégia” entre o Plano Nacional de Desenvolvimento, os Planos Regionais e o Ordenamento de Território, tendo em vista a fixação das populações.

Os efeitos dessa política ainda são pouco visíveis, e, pelo contrario, a dinâmica que vinha do passado acentuou-se nos anos 90 verificando-se estrangulamento desses pólos devido às elevadas taxas de crescimento do concelho da Praia (4,1%), S. Vicente (2,7%) e duplicação da população no Sal (passou de 7.715 indivíduos em 1990 para 14.816 em 2000) com o consequente, despovoamento do meio rural . Brava é identificada pela dinâmica de decréscimo da população, com uma taxa de crescimento médio anual de -0,2%, e S. Nicolau pela estabilidade da população (13.665 indivíduos em 1990 para 13.661 em 2000).

1.3- Contexto sócio-cultural

A diversidade sócio-cultural das diferentes ilhas decorrentes dos níveis de urbanização e de desenvolvimento, reflectem traços culturais diferenciados. A população, na sua maioria camponesa, transporta valores e comportamentos próprios de uma sociedade essencialmente rural e tradicional cujos padrões de comportamento decorrem de vários factores, nomeadamente, da natureza e condições de vida do meio rural e em crenças e atitudes tradicionais. Acresce-se a isso, a circunstância da cultura se sujeitar a fortes mudanças, sob a influência de factores tão diversos como o impacto da emigração externa, da transformação sócio-económica da sociedade, das condições de vida, das formas tradicionais de solidariedade, etc.

Tradicionalmente, o cabo-verdiano vê na emigração uma alternativa para a procura de melhores condições de vida, uma possibilidade de evasão às condições adversas do país. Hoje em dia, ter um parente emigrado constitui uma esperança de vida melhor e maior

segurança e estabilidade económica da família, tanto para aqueles que partem, como para as famílias que permanecem no país. A partir de uma certa altura, o cabo-verdiano passou a encarar a emigração, não apenas como um meio de melhorar as suas condições de vida como também uma via para realização das suas aspirações individuais. A sua percepção de Cabo Verde, passou a estar em função do mundo exterior, o que significa que, o cabo-verdiano interiorizou a emigração como fazendo parte dos seus valores culturais, atitudes e desejos. Neste contexto, o factor cultural tem facilitado e favorecido, em algumas situações à emigração, sobretudo das camadas mais jovens da população. Em ilhas como o Fogo ou Brava, quase que já se instalou no seio da sociedade, uma certa cultura de emigração alimentada pelos familiares e amigos radicados nos Estados Unidos da América. Os Inquéritos sobre “Observatório de emprego e migrações” realizados trimestralmente pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) em Santiago (Praia), S. Vicente, Sal e Fogo confirmam esse desejo de êxodo cada vez mais acentuado pelos jovens, de procura de novos espaços.

1.4 - Contexto económico

A análise dos principais agregados macro-económicos do financiamento da economia põe em evidência a fragilidade da economia cabo-verdiana, caracterizada essencialmente pela existência de problemas estruturais, os quais se traduzem num grande desequilíbrio entre os recursos gerados pela produção nacional, por um lado, e o consumo final e as necessidades de formação de capital, por outro, provocando assim grande dependência do exterior.

Não obstante os períodos áureos ocorridos após a Independência, a economia cabo-verdiana tem registado melhorias significativas embora sob o ponto de vista da sua estrutura sectorial, constata-se ainda a fragilidade do sector da agricultura, a insipiência da indústria e a predominância dos sectores do comércio, da construção civil e dos serviços da administração pública e dos transportes e comunicações. Apesar dos referidos sectores empregarem um número elevado da população activa, o seu ritmo de crescimento, é de tal ordem que, os diferentes sectores são incapazes de absorver a mão de obra excedentária, o que tem a ver com a insuficiência dos investimentos públicos e privados, ausência de uma classe empresarial forte e programas de formação técnico profissional, contribuindo assim para o aumento da elevada taxa de desemprego nas idades jovens (cerca de 17,3% a nível nacional e 29,7% para os indivíduos de idade compreendida entre 15-24 anos), particularmente em certos concelhos do país,³ criando obstáculos ao desenvolvimento e acelerando os movimentos migratórios entre ilhas e para o exterior .

Em jeito de conclusão, importa frisar que apesar da existência de um contexto favorável à migração, a decisão de emigrar, tem a ver com factores de ordem familiar ou individual, os quais não serão objecto de análise no presente trabalho.

ANEXO I REVISAO DE LITERATURA

³ Taxas mais elevadas verificam-se nos concelhos de Santa Cruz (31%), S. Vicente (23%) e S. Filipe (20%)

- ◆ Algumas outras fontes de dados sobre as migrações existentes no país

As fontes de dados sobre as migrações não são muitas e, entre elas pode-se apontar as seguintes:

- **Cartões de embarque e desembarque**, preenchidos pelos cidadãos nacionais e estrangeiros desde 1975 como controle de entradas e saídas nos aeroportos do Sal e da Praia. Todavia, alguns anos depois, essa exigência é anulada, numa tentativa de se tornar mais expedito o processo de entradas e saídas das pessoas no território nacional, através do Decreto-Lei nº 74/95, de 21 de Novembro em que o Governo aprovou um novo modelo de boletim destinado à recolha de dados relacionados com o controle de entradas e saídas no território nacional. Assim, a partir daquela data, os cidadãos nacionais ficaram dispensados do preenchimento do boletim acima referido, fazendo-se a sua passagem pelos serviços de fronteira mediante apresentação do passaporte emitido pela autoridade cabo-verdiana legalmente competente. O estudo das migrações fazia-se com base nas duas perguntas seguintes:

- Motivo de viagem;
- País de destino/ origem.

Estes cartões não constituíram um sistema fiável de recolha de informações visto que os que emigram declaram outro motivo. Com a dispensa do preenchimento do boletim da parte dos cidadãos nacionais, ficou uma lacuna em termos de informação estatística que ainda não foi colmatada, visto que a última informação disponível refere-se ao ano de 1995.

- Depois do RGPH90, a única fonte de recolha demográfica existente no país é o **Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva** de 1998 (IDSR 98), de nível nacional, realizado por amostragem nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Santo Antão, Fogo e Brava, ilhas que albergam cerca de 92% da população do País. Este inquérito tinha como objectivo obter informações actualizadas sobre Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e Planeamento Familiar (SS/SR/PF). Apesar deste inquérito não visar o estudo da migração, no Boletim do Agregado Familiar foram consideradas as seguintes variáveis que permitem obter informações para se estudar a migração interna:

- lugar de nascimento;
- lugar de residência anterior

Os dados deste Inquérito já foram publicados, tendo o INE decidido deixar a parte referente à análise da migração como um dos temas para análise aprofundada.

- **Etat et Société aux îles du Cap Vert** de 1995, que relata a tradição migratória em Cabo Verde, nomeadamente a emigração internacional, causas e consequências das migrações, migrações de retorno, transferências e remessas dos emigrantes.

- **As Ilhas de Cabo Verde da Descoberta à Independência Nacional (1460-1975)** que analisa a emigração como dado estrutural da sociedade cabo-verdiana. Esta fonte faz alusão à migração no passado;
- **Migrações nas ilhas de Cabo Verde de António Carreira** que analisa as migrações espontânea e forçada (esta para S. Tomé e Príncipe), baseado na ampla legislação que, a partir da segunda metade do século XIX, regulamentou, condicionou, restringiu, proibiu ou facilitou as correntes migratórias. Esta fonte também faz alusão à migração no passado;

Comunidade Emigrada, versão sociológica, O CASO DE ITÁLIA de 1997. Este estudo visa a análise do fenómeno migratório, na sua generalidade, partindo de conceitos próprios e de uma perspectiva pluridisciplinar, bem como a análise da situação particular da emigração cabo-verdiana radicada na Itália. Esta fonte faz alusão à migração do ponto de vista sociológico

- **Recenseamento Geral da População e Habitação de 1990 (RGPH90)** que tinha como um dos objectivos estudar a dinâmica da população a partir das seguintes variáveis constantes no Boletim de Família:
 - lugar de nascimento;
 - lugar de residência anterior;
 - nacionalidade;
 - duração da residência actual .

Estas informações encontram-se disponíveis em forma de quadros nas publicações do Censo, mas o relatório de análise sobre migração interna não foi terminado.

II. CONCEITOS E MÉTODOS DE ANALISE

2.1. O conceito da migração, de residência e do local de nascimento

Existem diferentes tipos de mobilidade da população, mas, não são todos considerados como migrações. Estes movimentos podem ser classificados segundo os critérios de distância percorrida, frequência, motivação e duração no local de destino. Destas deslocações, deve-se distinguir as efectuadas no âmbito da realização do exercício das actividades da vida quotidiana, das que implicam uma duração prolongada ou definitiva no local de destino. Com efeito, no presente trabalho, considera-se migração um conjunto de deslocações, que têm como efeito mudança de residência e de interesses, de um certo local de origem ou de partida para um determinado local de destino ou chegada.

O conceito de residência utilizado na definição da migração pode produzir realidades diversas, as vezes difíceis, que implicam uma via errónea de interpretação dos

resultados de um estudo sobre migração. A residência de um indivíduo muitas vezes é definido como o lugar onde ele costuma habitar. No RGPH-2000 foi considerado como “*Residente*”, < todas as pessoas que vivem habitualmente numa freguesia, isto é, vivem há 6 meses ou mais, ou vivem há menos de 6 meses e têm a intenção de ali ficar durante 6 meses ou mais>. Desta definição conclui-se que toda a duração de residência inferior a seis meses não dá lugar a uma migração. O local de nascimento, foi definido como < a ilha, o concelho ou freguesia onde a mãe do indivíduo reside (residia) no momento de nascimento, ou, o país caso o indivíduo tiver nascido no estrangeiro>.

2.2. Os métodos de análise

As migrações evidenciam pelo menos três actores principais: Um migrante, uma região ou país de origem, uma região ou país de destino. Estas regiões/países são territórios bem definidos que permitem fazer uma distinção entre uma migração interna ou interior, e uma migração internacional.

- Migração interna ou interior: o local de origem (ilha/concelho) e de destino (ilha/concelho) pertencem ao mesmo território considerado;
- Migração internacional: quando o território considerado corresponde a um Estado soberano, emprega-se de preferência o termo de migração internacional em vez de “ migração externa”.

As migrações internas, contrariamente às internacionais, implicam frequentemente os movimentos das pessoas no interior de um território geográfico definido.

2.2.1 Os procedimentos metodológicos

O lugar de residência habitual de um indivíduo designa a ilha, o concelho, a freguesia, a cidade/vila ou zona, o bairro/lugar, ou o país (estrangeiro) onde reside habitualmente. Neste trabalho, o concelho é a menor divisão administrativa considerada para o estudo da migração interna e a população abrangida refere-se a todos os residentes (presentes ou ausentes) nos agregados familiares.

Pode-se distinguir dois tipos de migrações internas conforme os concelhos de origem e de destino pertencerem ou não à mesma ilha:

- migração inter-ilha: quando os concelhos de origem e de destino não pertencem à mesma ilha;
- migração intra- ilha: quando os dois concelhos pertencem à mesma ilha.

As migrações internas foram medidas a partir das quatro (4) variáveis seguintes constantes no “ Boletim do Agregado Familiar” do RGPH-2000: local de residência no

momento do censo, local de nascimento, local de residência anterior e duração de residência actual.

2. 2.2. A escolha dos métodos de análise

Nos estudos relativos aos movimentos migratórios, os resultados da análise dependem da definição dos conceitos e da precisão dos critérios que lhes são associados e, atendendo que o volume da migração depende da divisão administrativa do território nacional, torna-se muito difícil fazer comparações entre países no que se refere às migrações internas.

O nosso objectivo principal consiste em identificar os movimentos migratórios afim de calcular a intensidade do fenómeno e de caracterizar o comportamento dos indivíduos. Existem vários métodos que permitem medir as migrações internas através dos dados de um recenseamento, dependendo das questões postas às pessoas recenseadas. Podemos citar, entre outros, o método da migração “duração de vida”, a “migração limitada a um período”, a “migração total”, a “última migração” etc. Na prática, a escolha depende também das circunstâncias e da população alvo.

Os dados do RGPH-2000, permite-nos aplicar os métodos de migração “duração de vida”, e o da “última migração”. A escolha destes dois métodos baseia-se nas respostas às perguntas retrospectivas visando identificar as pessoas que efectuaram, num passado mais ou menos longo depois do seu nascimento, pelos menos uma migração, através das perguntas sobre local de residência actual e local de nascimento, e nas respostas referentes às pergunta sobre local de residência no momento do censo e da residência anterior.

As estatísticas de base para estes dois métodos são largamente disponíveis. O cálculo também pode ser feito com uma pequena margem de erro, dependendo das declarações das pessoas recenseadas.

2.2.3. Apresentação dos métodos

A - O método da “ migração duração de vida”

Este método baseia-se no cruzamento das informações sobre o “ local de nascimento e o local de recenseamento” .São considerados como migrantes (migrantes duração de vida) todos os indivíduos que nasceram num concelho (ilha), mas que foram recenseados noutro, diferente do concelho (ilha) de nascimento. Estes migrantes são as entradas em relação ao concelho (ilha) de recenseamento e são as saídas em relação ao concelho (ilha) de nascimento. Os migrantes (entradas) são portanto os não nativos recenseados no concelho (ilha). Os não migrantes são os residentes nativos do concelho (ilha) e os migrantes (saídas) são os nativos de um concelho (ilha) que foram recenseados noutro concelho (ilha) diferente do seu local de nascimento. A utilização dos dados sobre “*migração duração de vida*” para medir a migração impõe-nos um certo numero de problemas:

- Subestimação do número de migrações e exclusão da migração de retorno visto que o local de nascimento e de recenseamento é o mesmo para esta categoria de migrante;
- Um indivíduo pode ter feito várias migrações e, finalmente voltou a residir no seu concelho de nascimento antes do censo. Ele é considerado como “*não migrante*”;
- Como os eventos não estão relacionados com a data de ocorrência, não é possível estabelecer um calendário das migrações;
- O local de residência pode ser declarado como local de nascimento, para as pessoas que residem na ilha (concelho) há muitos anos;
- Entre a data de nascimento do indivíduo e a do recenseamento, poderá haver alterações nos limites administrativos ou mudanças de nomes;
- O método permite-nos obter apenas o stock dos migrantes que sobreviveram na data do recenseamento;

B - O método da “ última migração ”

Baseia-se no cruzamento das informações sobre “ local de residência anterior e local de residência no momento do censo”. É considerado migrante todo o indivíduo recenseado como residente num concelho (ilha) diferente do concelho (ilha) de residência anterior. Os não migrantes são pessoas que declararam residência anterior igual ao local de recenseamento. Os migrantes são as entradas em relação ao concelho (ilha) onde foram recenseados e, são ao mesmo tempo saídas em relação ao concelho (ilha) onde residiam antes do recenseamento. Este método pode ser completado com a pergunta sobre “duração da residência actual” o que nos permite repartir os migrantes no tempo e analisar as características da migração recente.

O inconveniente deste método reside na necessidade de se recorrer a duas perguntas para determinar a ultima migração (a questão sobre residência anterior e duração de residência actual). Certos autores afirmam que a resposta dada pelo indivíduo recenseado é muito subjectiva e que há uma tendência a tornar a ultima migração significativa. Estes erros de esquecimento de certos movimentos têm por efeito prolongar a duração da estadia no local de recenseamento e diminuir a intensidade da mobilidade espacial. A resposta à pergunta sobre duração de residência tem tendência a ser números arredondados e a não resposta pode ser numerosa.

2.3.Os índices utilizados na análise

Par cada um dos métodos, repartimos as entradas e saídas segundo o concelho (migração entre concelhos) e ilhas (migração entre ilhas). Examinamos os fluxos em números absolutos e identificamos os concelhos fornecedores de migrantes. Como os fluxos em números absolutos são influenciados pelo tamanho das populações alvos, calculamos os índices simples de entrada e saída e os de migração líquida e de eficácia que permitem classificar os concelhos segundo seu grau de atracção e de repulsão.

- P_{ii} = População não migrante (pessoas residentes no concelho i e nascidas no mesmo concelho)

- P_{ij} = População migrantes (pessoas nascidas no concelho i e residentes no concelho j)
- $P_i = \sum_j P_{ij}$ ($j=1$ a 17) = População nativa do concelho i , qualquer que seja a sua residência
- $P_j = \sum_i P_{ij}$ ($i=1$ a 17) = Simetricamente, população residente no concelho j , qualquer que seja o seu concelho de nascimento

Entretanto, as entradas e saídas são assim definidas:

- Entradas num concelho (ilha) i são todos os indivíduos recenseados no concelho (ilha) i provenientes de outros concelhos (ilha)
- Saídas de um concelho (ilha) i são todos os indivíduos nascidos no concelho (**ilha**) i e residentes em outros concelhos (ilha).

2.3.1. Índice de saída

É a relação entre o numero de saídas de uma região e a soma de saídas e não-migrantes da referida região.

$$\boxed{\text{Índice saída} = \text{Saídas} / (\text{Saídas} + \text{não-migrantes})}$$

Este índice exprime a atracção que o exterior exerce sobre a população da referida região. Isto é, a probabilidade de saída dos nativos da região (método de migração “duração de vida”), ou a probabilidade de saída dos residentes da região (método da ultima migração). O seu complemento à unidade corresponde **ao índice de retenção** ou proporção dos não-migrantes.

2.3.2. Índice de entrada

É a relação entre o numero de entradas numa região e o total dos residentes da referida região.

$$\boxed{\text{Índice de entrada} = \text{Entradas} / \text{residentes}}$$

Para a migração “duração de vida”, o denominador corresponde ao conjunto dos residentes da região que nasceram no país. Para a última migração, trata-se de residentes da região que não residiram anteriormente no exterior do país.

2.3.3. Saldo migratório

O saldo migratório de uma região corresponde à diferença entre as entradas desta região e as suas saídas.

$$\boxed{\text{Saldo migratório} = \text{Entradas} - \text{Saídas}}$$

2.3.4. Índice de migração líquida

É a relação entre o saldo migratório de uma região e a sua população média. Esta população média é igual à soma de saídas da região com os não migrantes da região e a metade do seu saldo migratório.

$$\boxed{\text{Índice de migração líquida} = \text{Saldo migratório} / \text{População média}}$$

2.3.5. Índice de eficácia

É a relação entre o saldo migratório de uma região e o total dos migrantes da mesma região (entradas + saídas).

$$\boxed{\text{Índice de eficácia} = \text{Saldo migratório} / (\text{entradas} + \text{saídas})}$$

Este índice mostra o efeito da migração nos efectivos da população total. Pode tomar valores compreendidos entre zero (0) o que significa que as entradas foram iguais às saídas, ou 1 o que significa que houve somente entradas ou saídas.

2.4. Emigração Internacional

Conforme atrás descrito, com o RGPH-2000 pretendeu-se também analisar a emigração internacional, ou seja as saídas efectuadas pelos indivíduos residentes nos agregados familiares nos últimos cinco anos para o exterior do país.

Pretende-se caracterizar a amplitude do fenómeno para o período compreendido entre (15/6/95 e 15/6/2000), identificar os países de destino, o sexo e a idade dos indivíduos na época da emigração e a duração da emigração para aqueles que já tiverem regressado. Não será possível analisar as características dos emigrantes, o motivo da emigração nem relação de parentesco com o chefe do agregado. Para o efeito serão consideradas as seguintes variáveis:

1. Sexo e idade do emigrante;
2. País de destino;
3. Ano de partida;
4. Ano de regresso.

2.5. Conceitos e definições utilizados na análise

A população abrangida neste estudo refere-se a todos os indivíduos residentes nos agregados familiares ordinários. Para efeitos de análise serão utilizados os seguintes conceitos:

- **Migração interna** consiste em determinar os movimentos efectuados entre os concelhos (ilha) do país, isto é, medir as entradas e saídas de um concelho (ilha) a outro e determinar os saldos migratórios;

- **Nativos** de um concelho (ilhas) são todas as pessoas que nasceram no referido concelho(ilhas), e, **residentes nativos** são todas as pessoas que residem no seu concelho (ilhas) de nascimento;

- **Local de origem ou de partida** é o local de residência a partir do qual se efectuou a saída;

- **Local de destino ou de chegada** é o local de residência para onde se efectuou a entrada;

- **Fluxo migratório** é o numero total de deslocações efectuadas durante um determinado período de referencia a partir de um local de origem comum em direcção a um local de destino comum. Na pratica este conceito designa um conjunto de migrantes provenientes de um local de origem comum e que se dirigem a um local de destino comum.

- **Migração internacional** refere-se às pessoas nascidas no estrangeiro ou com residência anterior no estrangeiro e que, foram recenseados em Cabo Verde e, aos cabo-verdianos que se dirigiram em relação ao exterior nos últimos cinco anos.

- **Migração recente** refere-se à migração realizada nos últimos 5 anos.

Para as necessidades de análise torna-se necessário criar a partir da definição ou do conceito migração, uma variável “**estatuto migratório**” cujas modalidades são as seguintes:

- **Migrante:** todo o indivíduo que tenha efectuado pelo menos uma migração durante um determinado período de referência.

- **Imigrante:** pessoa que efectuou uma migração, de uma ilha (concelho) a outro. É considerado imigrante em relação à sua nova residência.

- **Emigrante:** pessoa que efectuou uma migração, de uma ilha (concelho) a outro. É considerado emigrante em relação à sua antiga residência.

- **Migrante de retorno:** pessoa de nacionalidade cabo-verdiana ou dupla que tenha residência anterior estrangeiro e cuja duração de residência no momento do censo corresponde a cinco anos.

- **Não migrante:** pessoa residente e recenseada no mesmo local do seu local de nascimento ou pessoa cuja residência anterior é igual à sua residência actual.

- **Migrante internacional:** é uma pessoa nascida no estrangeiro ou com residência anterior estrangeira e recenseada num concelho/ilha em Cabo Verde. Um migrante internacional pode ser um estrangeiro ou cabo-verdiano que realizou uma migração de retorno.

- **Emigrante internacional:** pessoa não recenseada em Cabo Verde, mas que residia no país e, que partiu nos últimos cinco anos.

2.6. QUALIDADE DOS DADOS

Uma das principais fases do trabalho estatístico consiste no tratamento da informação recolhida. Esta informação é sujeita a análise qualitativa para se aferir da sua qualidade. Nesse processo estão os procedimentos de controlo de coerência interna dos dados que nos permitem identificar os principais erros cometidos, principalmente, na recolha, codificação e digitação dos dados.

A análise de coerência interna dessas informações permitiu-nos classificar por exemplo a pessoa mais velha do agregado como chefe quando aparecem mais de um chefe no agregado e quando existir mais de um conjugue, classificar um deles como sem parentesco após análise da idade, sexo, e todas as outras informações que se seguem. Este procedimento de coerência incide sobre a totalidade das variáveis e suas modalidades, permitindo, na fase de tratamento, corrigir uma grande parte dos erros cometidos. Alguns erros não serão corrigidos por falta de informação objectiva que permita a sua correcção. Nesta fase proceder-se-á a análise de coerência externa dos dados, fundamentalmente através de comparação com outras fontes que não o próprio censo. Este processo não constitui objecto deste capítulo.

A primeira constatação sobre os dados apurados a nível da variável *local de nascimento* é a manutenção da estrutura dos dados brutos. Após a sua correcção não se verificaram alterações relevantes ao nível dos percentuais na estrutura, tendo havido, sobretudo uma diminuição das Não Respostas (NR) de 0,6% para 0,4%, contribuindo sobretudo para o aumento verificado a nível do total (de 431.775 dados brutos para 431.988 dados apurados).

Local de nascimento	Dados Brutos		Dados apurados		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	431775	100	431988	100	213	
Estrangeiro	11239	2,6	11240	2,6	1	0,0
S. Antão	62712	14,5	62873	14,6	161	0,0

S. Vicente	51302	11,9	51391	11,9	89	0,0
S. Nicolau	17082	4,0	17128	4,0	46	0,0
Sal	8221	1,9	8248	1,9	27	0,0
Boavista	4155	1,0	4172	1,0	17	0,0
Maio	6716	1,6	6749	1,6	33	0,0
Santiago	217126	50,3	217771	50,4	645	0,1
Fogo	43375	10,0	43467	10,1	92	0,0
Brava	7360	1,7	7365	1,7	5	0,0
NR	2487	0,6	1584	0,4	-903	-0,2

No universo de 431.988 indivíduos, 1.584 indivíduos não responderam a questão, equivalente a 0,4% da população total. Os dados brutos sub-avaliaram as pessoas nascidas em S. Antão e Santiago. Após a correcção a base foram acrescentados a Santiago 645 indivíduos, e a S. Antão 163, resultantes principalmente da diminuição das NR (903). Estas alterações foram feitas principalmente na base da comparação da duração de residência e idade da pessoa, isto é, se um indivíduo tiver idade igual a duração de residência, foi imputado local de nascimento igual ao de recenseamento.

No entanto, a estrutura mantém-se praticamente inalterada, reflectindo os dados brutos a boa qualidade desta variável. A maior diferença percentual na estrutura verifica-se ao nível dos NR que reduziram em 0,2 pontos percentuais.

Em relação a variável *local de residência anterior* nota-se também que a estrutura entre os dados brutos e apurados mantém-se. De um total de 431.988 indivíduos, 2.510 indivíduos não responderam a questão, equivalente a 0,4% da população total, portanto um ganho sobre os dados brutos de 1.249 indivíduos, que corresponde a uma diminuição de 0,3%. A maior diferença percentual em relação a estrutura dos dados brutos e apurados, regista-se na ilha de Santiago, registando-se um aumento de 1.501, correspondendo a 0,3%. No entanto nota-se um decréscimo de 805 indivíduos cuja residência anterior corresponde a estrangeiro, correspondendo a 0,2%.

Local de res. Anterior	Dados Brutos		Dados apurados		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	431775	100	431988	100	213	
Estrangeiro	21092	4,9	20287	4,7	-805	-0,2
S. Antão	58390	13,5	58196	13,5	-194	-0,1
S. Vicente	50916	11,8	51421	11,9	505	0,1
S. Nicolau	15479	3,6	15587	3,6	108	0,0
Sal	8783	2,0	8931	2,1	148	0,0
Boavista	3885	0,9	3973	0,9	88	0,0
Maio	6261	1,5	6317	1,5	56	0,0
Santiago	215650	49,9	217151	50,3	1501	0,3

Fogo	40583	9,4	40601	9,4	18	0,0
Brava	6977	1,6	7014	1,6	37	0,0
NR	3759	0,9	2510	0,6	-1249	-0,3

No que concerne a variável *duração de residência*, é de assinalar que também a qualidade dos dados é boa, pois também não se verifica diferença na estrutura dos dados brutos e apurados. Nesta variável a maior diferença percentual na estrutura de dados verifica-se na duração superior a cinquenta anos (3.312),correspondendo a um aumento de 0,8%. Seguem-se a duração compreendida entre dez e catorze anos com um aumento de 2.115 indivíduos correspondente.

Duração de residência	Dados Brutos		Dados apurados		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	431775	100,0	431988	100,0		
menos 1 ano	18700	4,3	17652	4,1	-1048	-0,2
1	15513	3,6	15332	3,5	-181	0,0
2	16349	3,8	16175	3,7	-174	0,0
3	15553	3,6	15232	3,5	-321	-0,1
4	15159	3,5	15431	3,6	272	0,1
5	15759	3,6	16098	3,7	339	0,1
6	14833	3,4	15147	3,5	314	0,1
7	14467	3,4	14844	3,4	377	0,1
8	15136	3,5	15505	3,6	369	0,1
9	14484	3,4	14379	3,3	-105	0,0
10-14	68210	15,8	70325	16,3	2115	0,5

15-19	47863	11,1	49754	11,5	1891	0,4
20-24	32964	7,6	34195	7,9	1231	0,3
25-29	23817	5,5	24947	5,8	1130	0,3
30-34	20351	4,7	21399	5,0	1048	0,2
35-39	16270	3,8	17479	4,0	1209	0,3
40-44	12071	2,8	12944	3,0	873	0,2
45-49	7466	1,7	8109	1,9	643	0,1
50+	28526	6,6	31838	7,4	3312	0,8
NR	18284	4,2	5203	1,2	-13081	-3,0

Emigração internacional

No RGPH-2000 a emigração foi definida como processo mediante o qual se deixa uma área de residência para se fixar noutra local. Em sentido lato, é a saída de habitantes do país para o exterior, geralmente à procura de trabalho, reagrupamento familiar ou outros factores. O INE pretendeu recolher somente informações relativas à primeira migração e ao regresso definitivo dos indivíduos .

Todavia, a utilização das questões acima referidas impõem-nos um certo número de problemas:

- como estas questões exigem do respondente um grande esforço de memória, apesar do período de referência ser relativamente pequeno, pode-se não ter considerado a primeira migração para aqueles que emigraram várias vezes nos últimos cinco anos, e o retorno pode não corresponder ao regresso definitivo;
- os resultados podem estar sobrestimados por erros de memória, originado por inclusão de movimentos efectuados no período anterior ao período de referência;
- não são considerados os movimentos efectuados pelos agregados constituídos apenas por uma só pessoa e aqueles constituídos apenas por estrangeiros e que tenham partido todos.

III - MIGRAÇÕES INTERNAS

3.1. Migração “duração de vida”

3.1.1 As migrações entre ilhas

Conforme anteriormente descrito, a análise das migrações entre ilhas consiste em medir as entradas e saídas de uma ilha a outra, e determinar os saldos dessas mudanças para cada ilha. A perspectiva de análise assenta-se na relação estabelecida entre a ilha de residência no momento do censo e a de nascimento. A ilha de partida é igual à de nascimento e à de destino e igual a de residência no momento do censo. Não serão considerados o número total das migrações e os seus diferentes percursos. Apenas serão identificadas as ilhas de partida e de chegada dos fluxos migratórios assim como a sua quantificação.

3.1.1.1. As ilhas de partida e de destino

De um total de 431.989 pessoas residentes em Cabo Verde no momento do censo, 11.240 (2,6%) nasceram no estrangeiro, e 1.585 (0,38%) não declararam o local de nascimento. Estes efectivos, não foram considerados na análise (Quadro A1 do ANEXO).

Como o volume da migração diminui à medida que aumenta a agregação do nível geográfico de referencia, o numero de migrantes será inferior em relação à análise posterior, relativa às migrações entre os concelhos, dado que, os migrantes da mesma ilha são considerados como não-migrantes. A determinação das ilhas de partida e de destino basear-se-a nas proporções de saídas e entradas, que nos permite ter uma ideia do fenómeno, apesar de não se considerar o tamanho das populações. Assim, do Quadro nº1 que apresenta a repartição dos residentes nativos de Cabo Verde, das entradas e saídas por ilhas, constata-se que o total de migrantes corresponde a 43.234 indivíduos, representando uma proporção de 10%, em relação à população residente nativa de Cabo Verde.

A maioria dos migrantes são provenientes da ilha de Santo Antão. Com efeito, num total de 43.234 migrantes, ela fornece 18.043, ou seja cerca de 42%. Da ilha de Santiago, a mais populosa de todas, saíram apenas 3.984 dos seus nativos, equivalente a 9% do conjunto dos migrantes e da ilha de Boavista, uma das menos populosa, saíram 989 dos seus nativos, equivalente a 2% do total dos migrantes.

Quanto às ilhas de destino dos migrantes, S. Vicente encontra-se na primeira posição, recebeu cerca de 43% dos imigrantes, seguindo-se-lhe a ilha de Santiago que recebeu cerca de 31%. S. Nicolau e Brava, apesar das suas populações encontram-se em ultimo lugar (1%).

A ilha do Sal que representa 3% dos residentes nativos de Cabo Verde, recebeu cerca de 15% do total das entradas, o que corresponde a quase 46% da sua população. Dito de outro modo, no Sal, de cada 100 residentes nativos de Cabo Verde, 46 são indivíduos que nasceram em outras ilhas.

Quadro nº 1: Repartição dos residentes nativos de Cabo Verde, das saídas e entradas por ilhas

Ilhas	Residente nativo CV		Entradas		Saídas	
	Numero	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Santo Antão	46472	11,1	1642	3,8	18043	41,7
S. Vicente	64455	15,4	18359	42,5	5295	12,2
S.Nicolau	13430	3,2	500	1,2	4198	9,7
Sal	13838	3,3	6428	14,9	838	1,9
Boavista	4052	1,0	869	2,0	989	2,3
Maio	6650	1,6	639	1,5	737	1,7
Santiago	226982	54,2	13195	30,5	3984	9,2

Fogo	36837	8,8	1084	2,5	7714	17,8
Brava	6447	1,5	518	1,2	1436	3,3
Total	419163	100	43234	100	43234	100

3.1.1.2. Matriz do saldo migratório entre ilhas

O Quadro n° 2 apresenta a matriz do saldo migratório entre as ilhas, elaborada a partir do cruzamento das informações referentes ao concelho de residência no momento do censo e concelho de nascimento dos indivíduos. Do mesmo observa-se que:

- as ilhas que apresentam saldos migratórios (diferenças entre as entradas e saídas dessas ilhas) positivos são S. Vicente, Sal e Santiago;
- todas as ilhas têm um saldo migratório negativo com o Sal;
- todas as ilhas têm saldo negativo com a ilha de Santiago com exceção do Sal e Boavista;
- a ilha do Fogo tem saldo migratório negativo com todas as outras ilhas do país;
- Santo Antão também tem saldo negativo com todas as ilhas, com exceção de Fogo, apesar de se constatar uma tendência ao equilíbrio nos movimentos efectuados entre essas duas ilhas. Importa realçar o saldo migratório negativo bastante elevado da ilha de Santo Antão com S. Vicente (-13.626), Santiago (-1.421) e Sal (-1.242).

Quadro n° 2: Matriz do saldo migratório entre as ilhas

Ilha de nascimento	Ilha de residência no momento do censo									Total
	S. Antão	S. Vicente	S.Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	
Santo Antão		13626	24	1242	60	13	1421	-4	19	16401
S.Vicente	-13626		-1096	898	-117	9	1418	-383	-167	-13064
S.Nicolau	-24	1096		2201	29	7	388	-5	6	3698
Sal	-1242	-898	-2201		-213	-16	-716	-276	-28	-5590
Boavista	-60	117	-29	213		11	-89	-40	-3	120
Maio	-13	-9	-7	16	-11		170	-38	-9	99
Santiago	-1421	-1418	-388	716	89	-170		-5835	-785	-9212
Fogo	4	383	5	276	40	38	5835		49	6630
Brava	-19	167	-6	28	3	9	785	-49		918

Saldo migratório	-16401	13064	-3698	5590	-120	-99	9212	-6630	-918	

3.1.1.3. Classificação das ilhas segundo o grau de atracção e de repulsão

Para a classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão, foram fixados pelo INE os seguintes critérios para os índices de saída e de entrada apresentados no Quadro n° 3:

- índices inferiores ou iguais a 10% - trata-se de uma ilha de repulsão ou de atracção baixa;
- índices compreendidos entre 11- 20% - trata-se de uma ilha de repulsão ou de atracção normal;
- índices superiores a 20% - trata-se de uma ilha de atracção ou repulsão alta.

Quadro n° 3: Índices de entrada, de saída, de migração líquida e de eficácia por ilhas

Ilhas	Residente nativo CV	Entradas	Saídas	Migração líquida	Índices (%)			
					Entrada	Saída	Mig.Liqui.	Eficácia
S. Antão	46472	1642	18043	-16401	3,5	28,7	-30	-83,3
S. Vicente	64455	18359	5295	13064	28,5	10,3	-22,6	55,2
S.Nicolau	13430	500	4198	-3698	3,7	24,5	-24,2	-78,7
Sal	13838	6428	838	5590	46,5	10,2	50,6	76,9
Boavista	4052	869	989	-120	21,5	23,7	-2,9	-6,5
Maio	6650	639	737	-98	9,6	10,9	-1,5	-7,1
Santiago	226982	13195	3984	9211	5,8	1,8	4,1	53,6
Fogo	36837	1084	7714	-6630	2,9	17,8	-16,5	-75,4
Brava	6447	518	1436	-918	8	19,5	-13,3	-47
Total	419163	43234	43234	0	10,3	10,3		

Assim, as ilhas de S. Vicente, Sal e Boavista são fortemente atractivas embora apresentam diferenças no grau de repulsão (Quadro n°4). A classificação de Santiago como ilha de atracção e repulsão baixa é confirmada pelo seu baixo índice de migração líquida, 4%, e elevado índice de eficácia 54% e a de Santo Antão como ilha de atracção baixa e repulsão alta, é também confirmada pelo seu baixo índice de migração líquida (-30%) e de eficácia (-83%). Estes índices permitem conhecer a dinâmica de cada concelho nas mudanças migratórias. Para o cálculo do da migração líquida, reportamos o saldo migratório do concelho à população média e aproxima-se portanto de uma taxa de migração líquida. Para o índice de eficácia, reportamos o saldo migratório do concelho ao conjunto dos seus

migrantes (entradas + saídas). Esta relação traduz o ganho ou perda do concelho nas mudanças migratórias, conforme for positivo ou negativo.

Quadro n° 4: Classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão

Atracção	Repulsão			
		Baixa	Normal	Alta
	Baixa	Santiago	Brava Maio Fogo	S. Antão S. Nicolau
	Normal			
Alta	S. Vicente Sal		Boavista	

3.1.2. As migrações entre concelhos

Neste sub-capítulo as unidades territoriais de referência são os concelhos. Conforme anteriormente descrito, a análise consiste em medir as entradas e saídas de um concelho a outro, e determinar os saldos dessas mudanças para cada concelho. A perspectiva de análise assenta-se na relação estabelecida entre o concelho de residência no momento do censo e o de nascimento. O concelho de partida é igual ao de nascimento e o de destino igual ao de residência no momento do censo. Assim, tal como na migração entre ilhas não serão considerados o número total das migrações e os seus diferentes percursos. Apenas serão identificados os concelhos de partida e de chegada, os fluxos migratórios e a sua quantificação.

3.1.2.1. Os concelhos de partida

Para além dos 1.585 indivíduos que não declararam a residência anterior, existem cerca de 708 que declararam apenas a ilha de nascimento. Estes efectivos também não foram considerados na análise, o que explica a diferença com análise referente às ilhas, em relação a alguns indicadores.

Entre os 418.455 indivíduos que declararam ter nascido em Cabo Verde, 72.912 (17%) não residem nos concelhos onde nasceram. Se considerarmos a origem desses indivíduos, o Quadro n°5 mostra que, a maioria dos imigrantes são provenientes do concelho de Ribeira Grande. Seguem-se os provenientes dos concelhos de Santa Catarina e Santa Cruz, com 11% e 10% respectivamente. Os concelhos de S. Filipe (9%), Praia, Porto Novo (8% cada) e S. Vicente (7%) são também «fornecedores» de migrantes para outros concelhos, em números absolutos não negligenciáveis. Estes sete

concelhos, num total de dezassete, representam cerca de 67% do conjunto de saídas. Maio, Boavista e Sal são os concelhos de onde saem menos indivíduos (1%).

Quadro nº 5: Proporção de saída e índices de saída e de retenção por concelho

Concelhos	Residente	Nativos				Índice de saída	Índice de retenção
		Residentes	Saídos	Total	Saída (%)		
R. Grande	21.480	19.914	9449	29363	13,0	32,2	67,8
Paul	8.383	7.759	4801	12560	6,6	38,2	61,8
P.Novo	17.179	15045	5779	20824	7,9	27,8	72,2
S. Vicente	66.671	46096	5295	51391	7,3	10,3	89,7
S.Nicolau	13.647	12930	4198	17128	5,8	24,5	75,5
Sal	14.596	7410	838	8248	1,1	10,2	89,8
Boavista	4.206	3183	989	4172	1,4	23,7	76,3
Maio	6.740	6011	737	6748	1,0	10,9	89,1
Tarrafal	17.784	16117	2310	18427	3,2	12,5	87,5
S. Catarina	49.829	45959	7902	53861	10,8	14,7	85,3
S. Cruz	32.965	28945	7558	36503	10,4	20,7	79,3
Praia	104.953	68756	5887	74643	8,1	7,9	92,1
S. Domingos	13.305	11143	4452	15595	6,1	28,5	71,5
S. Miguel	16.104	15314	2943	18257	4,0	16,1	83,9
Mosteiros	9.469	8778	1486	10264	2,0	14,5	85,5
S. Filipe	27.886	26254	6852	33106	9,4	20,7	79,3
Brava	6.792	5929	1436	7365	2,0	19,5	80,5
Total	431989	345543	72912	418455	100,0	17,4	82,6

Considerando que os concelhos não são iguais, do ponto de vista do número de habitantes, torna-se mais interessante apreciar a importância das correntes de saídas, considerando a população dos respectivos concelhos. Assim, para cada concelho foi calculado um índice de saída que corresponde à relação entre o número de nativos saídos do concelho e o total de nativos (saídos + não migrantes) do respectivo concelho e mede a probabilidade de saída de nativos de um determinado concelho. Com base nos seus valores, os diferentes concelhos foram repartidos em três grupos:

- i) um grupo de nove, como os maiores «fornecedores» de migrantes: Paul (38%), Ribeira Grande (32%), S. Domingos (29%), Porto Novo (28%), S. Nicolau e Boavista (24% cada), S. Filipe e Santa Cruz (21% cada) e Brava (20%);
- ii) um grupo de cinco como «fornecedores normais» de migrantes: S. Miguel (16%), Mosteiros e Santa Catarina (15% cada), Tarrafal (13%) e Maio (11%);

iii) um grupo de três como os «menores fornecedores» de migrantes: Sal, S. Vicente (10% cada) e Praia (8%).

Esta repartição difere da anterior, baseada na proporção de saídas. Assim, os concelhos de Boavista, e Maio que foram considerados na primeira repartição como os «menores fornecedores» de migrantes, nesta, Boavista encontra-se no grupo dos maiores e Maio no grupo dos normais.

3.1.2.2. Os concelhos de destino

O Quadro nº6 apresenta a importância das entradas em relação à população residente nascida em Cabo Verde. Consta-se que três concelhos acolhem mais de três quartos das entradas (76%), entre os quais o concelho da Praia acolhe um pouco menos de metade (42%), o de S. Vicente acolhe um quarto (25%) e o do Sal 9%. A elevada proporção de entrada no concelho da Praia deve-se certamente ao facto de ser o concelho onde se encontra a cidade capital e o principal polo de desenvolvimento de Cabo Verde quer pelo seu peso na estrutura económica de Cabo Verde quer pela sua dinâmica em termos de oferta de oportunidades de negócios, de emprego, de formação e, em suma, de realização técnico-profissional.

A elevada proporção de entradas em S. Vicente é o resultado da corrente migratória tradicional entre S. Antão e S. Vicente, ilhas essas com ligação marítima regular. Os imigrantes que procuram S. Vicente fazem-no para conseguir alternativas de sobrevivência neste que é o segundo maior e mais desenvolvido concelho de Cabo Verde com elevado nível de desenvolvimento urbano. Sal é a ilha com maior dinâmica demográfica na década de 90, devido principalmente à capacidade em termos de oferta de emprego e oportunidades de negócio, decorrentes do grande potencial turístico da ilha onde se encontra o único aeroporto internacional do país, sendo a principal porta de entrada e saída do país.

Quadro nº6: Importância das entradas em relação a população residente nascida em CV

Concelhos	Residente	Nativo residente	Entradas		Residente Nascido CV	Índice de entrada
			Numero	%		
R. Grande	21480	19914	1244	1,7	21158	5,9
Paul	8383	7759	569	0,8	8328	6,8
P.Novo	17179	15045	1926	2,6	16971	11,3
S. Vicente	66671	46096	18297	25,1	64393	28,4
S.Nicolau	13647	12930	498	0,7	13428	3,7
Sal	14596	7410	6428	8,8	13838	46,5
Boavista	4206	3183	863	1,2	4046	21,3

Maio	6740	6011	639	0,9	6650	9,6
Tarrafal	17784	16117	1162	1,6	17279	6,7
S. Catarina	49829	45959	2805	3,8	48764	5,8
S. Cruz	32965	28945	3310	4,5	32255	10,3
Praia	104953	68756	30431	41,7	99187	30,7
S. Domingos	13305	11143	1912	2,6	13055	14,6
S. Miguel	16104	15314	532	0,7	15846	3,4
Mosteiros	9469	8778	516	0,7	9294	5,6
S. Filipe	27886	26254	1265	1,7	27519	4,6
Brava	6792	5929	515	0,7	6444	8,0
Total	431989	345543	72912	100	418455	17,4

Se considerarmos as entradas em relação ao número de residentes nativos de Cabo Verde, a repartição anterior fica um pouco perturbada, pois, o concelho do Sal aparece com o maior índice de entrada (46%), realçando a importância da migração em direcção a este concelho, em relação à sua população. Entretanto, no conjunto das entradas, Praia acolhe mais pessoas, apesar do seu índice de entrada ser menor que o do Sal. O concelho de S. Miguel apresenta o menor índice de entrada de todos os concelhos (3%), o que nos indica que, as entradas neste concelho não são importantes em relação à sua população.

3.1.2.3. Matriz do saldo migratório entre concelhos

O Quadro nº7 apresenta a matriz do saldo migratório entre os concelhos, elaborada a partir do cruzamento das informações referentes ao concelho de residência no momento do censo, e concelho de nascimento dos indivíduos. Do mesmo constata-se que:

- entre os dezassete concelhos do país, apenas Praia, S. Vicente e Sal apresentam saldos migratórios (diferenças entre as entradas e saídas) positivos;
- todos os outros concelhos apresentam saldos negativos, com valores elevados para os três concelhos de Santo Antão (Ribeira Grande, Paul e Porto Novo), Santa Catarina, S. Miguel, S. Nicolau e S. Filipe;
- todos os concelhos têm saldo migratório negativo com o Sal, destacando-se os valores elevados dos concelhos de S. Nicolau (2.201) e S. Vicente (898);
- Praia tem saldo positivo com todos os outros concelhos com excepção do Sal. Na Praia os saldos migratórios mais importantes são os provenientes da migração intra-ilha, isto é, são resultados de movimentos provenientes dos concelhos de Santa Cruz, Santa Catarina, S. Domingos e Tarrafal. Entretanto verifica-se também saldos significativos resultantes de movimentos provenientes de S. Filipe e S. Vicente.

- S. Vicente tem saldo positivo com todos os concelhos da ilha de S. Antão (valores muito elevados), com S. Nicolau, Boavista, Brava, S. Domingos, Mosteiros e S. Filipe;
- S. Filipe apresenta um pequeno saldo migratório positivo com o concelho dos Mosteiros, indicando assim o equilíbrio nos movimentos efectuados entre os mesmos;
- Porto Novo tem saldo migratório positivo com Paul e Ribeira Grande, concelhos pertencentes à mesma ilha.

A situação dos concelhos da Praia, Sal e S. Vicente, é devido ao efeito atractivo dos mesmos, sobretudo da capital, sede dos poderes políticos. Com efeito, de 1990 a 2000 a população do concelho do Sal aumentou de 7.715 indivíduos para 14.596, correspondendo a uma taxa de crescimento médio anual de 6,6%, a da Praia passou de 7.1276 indivíduos para 104.953 e a de S. Vicente de 51.277 para 6.6671 indivíduos, correspondendo a uma taxa de crescimento médio anual de 3,9% e 2,7% respectivamente.

O considerável saldo negativo do concelho de Ribeira Grande e dos restantes concelhos da ilha de Santiago deve-se em boa parte ao facto de serem concelhos predominantemente rurais (78% de Ribeira Grande, 68% do Tarrafal, 86% de Santa Catarina e 74% de Santa Cruz) e fortemente dependentes da agricultura e emigração.

A degradação das condições de vida nestes concelhos decorrente da seca e a não existência de oferta de serviços sociais, educativos e de lazer como de oportunidades de negocio, emprego, e realização socio-profissional, explicam a trenagem das populações desses concelhos para outros mais atractivos já referidos, à procura de sobrevivência e em especial de emprego, formação, serviços sociais e de lazer.

3.1.2.4. Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão

Infelizmente, na análise das migrações, torna-se difícil fixar um limite a partir do qual os concelhos são considerados como atractivos e repulsivos. Entretanto, esta classificação pode ser feita com base nos valores dos índices de migração líquida, de eficácia de entrada e saída apresentados no Quadro nº8, apesar dos índices de entrada e de saída não serem comparáveis por não serem da mesma ordem. Com efeito, um corresponde à relação entre as saídas de um concelho e o conjunto dos nativos desse concelho e aproxima-se portanto de uma taxa de saída por período indeterminado, e o outro corresponde à relação entre as entradas de um concelho e o conjunto dos residentes desse concelho (o denominador é constituído pela população de chegada).

Quadro nº 8: Entradas, saídas, saldos migratórios e índices de migração líquida e de eficácia

Concelhos	Residente Nasc. CV	Nativos	Entradas	Saídas	Saldo Migratório	Índice Migr.líquida	Índice de eficacia
R. Grande	21158	29363	1244	9449	-8205	-32,5	-76,7
Paul	8328	12560	569	4801	-4232	-40,5	-78,8
P.Novo	16971	20824	1926	5779	-3853	-20,4	-50,0
S. Vicente	64393	51391	18297	5295	13002	22,5	55,1
S.Nicolau	13428	17128	498	4198	-3700	-24,2	-78,8
Sal	13838	8248	6428	838	5590	50,6	76,9
Boavista	4046	4172	863	989	-126	-3,1	-6,8
Maio	6650	6748	639	737	-98	-1,5	-7,1
Tarrafal	17279	18427	1162	2310	-1148	-6,4	-33,1
S. Catarina	48764	53861	2805	7902	-5097	-9,9	-47,6
S. Cruz	32255	36503	3310	7558	-4248	-12,4	-39,1
Praia	99187	74643	30431	5887	24544	28,2	67,6
S. Domingos	13055	15595	1912	4452	-2540	-17,7	-39,9
S. Miguel	15846	18257	532	2943	-2411	-14,1	-69,4
Mosteiros	9294	10264	516	1486	-970	-9,9	-48,5
S. Filipe	27519	33106	1265	6852	-5587	-18,4	-68,8
Brava	6444	7365	515	1436	-921	-13,3	-47,2
Total	418455	418455	72912	72912	0		

Conforme visto anteriormente os índices de migração líquida e de eficácia permitem conhecer a dinâmica de cada concelho nas mudanças migratórias. Para o cálculo do índice de migração líquida, reportamos o saldo migratório do concelho à população média, e aproxima-se de uma taxa de migração líquida. Para o índice de eficácia, reportamos o saldo migratório do concelho ao conjunto dos seus migrantes (entradas + saídas). Esta relação traduz o ganho ou perda do concelho nas mudanças migratórias, conforme for positivo ou negativo. Um índice de eficácia de +50% (ou de - 50%) para

um concelho, significa que para cada 100 migrantes (entradas+saidas) que atravessam os seus limites, este realiza um ganho de 50 migrantes (ou uma perda de 50 migrantes).

A matriz do saldo migratório analisada anteriormente, mostra que, apenas três concelhos são fortemente atractivos (Praia, Sal e S. Vicente) e todos os outros perdem população. No entanto, foram fixados pelo INE os seguintes critérios para os índices de saída e de entrada que permitiram classificar os concelhos conforme apresentado no Quadro n°9:

- índices inferiores ou iguais a 10% - trata-se de um concelho de repulsão ou de atracção baixa;
- índices compreendidos entre 11- 20% - trata-se de um concelho de repulsão ou de atracção normal;
- índices superiores a 20% - trata-se de um concelho de atracção ou repulsão alta.

Quadro n° 9: Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão

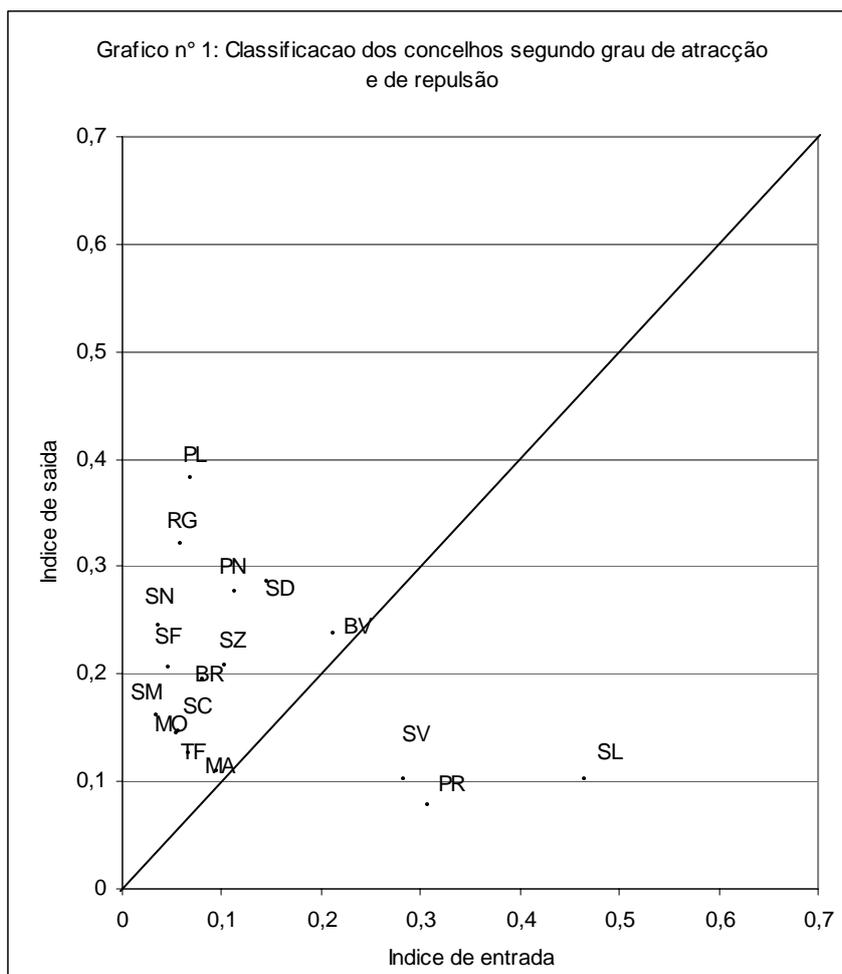
	Repulsão		
	Baixa	Normal	Alta
Atracção	Baixa	Tarrafal S. Catarina S. Miguel Mosteiros Maio Brava	Ribeira Grande Paul S. Nicolau S. Filipe Santa Cruz
	Normal		Porto Novo S. Domingos
	Alta	Praia S. Vicente Sal	

Os índices de migração líquida e de eficácia, aportam precisões sobre essa classificação. Os concelhos, Sal, Praia, S. Vicente e Boavista classificados como sendo fortemente atractivos, distinguem-se pelo seu grau de repulsão. Os elevados índices de migração líquida para Sal (51%), Praia (28%) e S. Vicente (23%), confirmam a forte atracção desses concelhos, e o grau de repulsão de cada um, distingue-se pelos seus elevados índices de eficácia, 77% para o concelho do Sal, 68% para Praia e 55% para S. Vicente. Estes traduzem ganhos positivos de cerca

de 77, 68, e 55 migrantes para 100 migrantes (entradas + saídas) que atravessam os limites dos respectivos concelhos e confirmam também as suas classificações como concelhos de baixas repulsões. A classificação de Boavista, como sendo um concelho fortemente atractivo e repulsivo, é confirmada pelo seu baixo índice de migração líquida (-3%), o que nos indica que existe um certo equilíbrio entre as pessoas que entram e saem deste concelho, e pelo baixo índice de eficácia (-7%).

Os baixos índices de migração líquida e de eficácia (-41% e -79% respectivamente) para o concelho de Paul, confirmam também a sua classificação como concelho de atracção baixa e repulsão forte. Segundo o índice de eficácia, para cada 100 migrantes que atravessam o seu limite administrativo, ele realiza uma perda de 79 migrantes.

Esta classificação dos concelhos, pode ser discutível, pela fixação mais ou menos arbitrária de critérios referentes aos índices de saída e de entrada. Entretanto, o Gráfico nº1 apresenta, uma outra forma de representar os concelhos sem fixação de critérios para os índices de entrada e saída. Segundo o mesmo, os concelhos são mais atractivos quando mais se posicionarem à direita do zero, isto é, quando maior for o valor dos seus índices de entrada, representado no eixo dos XX. São mais repulsivos quando mais se posicionarem acima do zero, indicando valores elevados dos seus índices de saída representado no eixo dos YY.



Praia, S.Vicente e Sal são os três concelhos de atracação alta e repulsão baixa devido aos valores altos dos seus índices de entrada e baixos índices de saída e o concelho do Sal posiciona-se como sendo mais atractivo do que Praia e S. Vicente. Maio e Boavista, que se posicionam muito próximos da diagonal, são ao mesmo tempo atractivos e repulsivos, tendentes ao equilíbrio, confirmado pelos seus baixos índices de migração líquida e de eficácia. Todos os restantes concelhos posicionam-se como repulsivos, diferenciando-se entretanto, pelo grau de atracção. Paul é o concelho mais repulsivo e S. Domingos, apesar de ser também repulsivo apresenta um grau de atractividade ligeiramente superior aos outros.

A- PRINCIPAIS RESULTADOS

Da análise conclui-se que a classificação das ilhas (concelhos) não deve ser feita a partir dos fluxos migratórios em números absolutos. Os fluxos são influenciados pelo tamanho da população das regiões e para uma classificação destas regiões torna-se necessário recorrer a um índice relativo.

De acordo com estas hipóteses pode-se concluir que em Cabo Verde as migrações intra-ilhas são menos expressivas que as inter-ilhas. Segundo os critérios fixados S. Nicolau e Santo Antão foram classificados como ilhas altamente repulsivas e de baixa atracção e Santiago como ilha de atracção e repulsão baixa.

Os concelhos da Praia, S. Vicente e Sal são os principais pólos de atracção dos movimentos migratórios internos em Cabo Verde, sendo Sal o mais atractivo. Com excepção de Maio e Boavista, que são pólos de atracção que ao mesmo tempo geram os contra fluxos migratórios, todos os restantes concelhos são repulsivos sendo Paul o mais repulsivo de todos.

A análise parece indicar que a situação demográfica e a estrutura socio-economica das ilhas (concelhos) são os factores determinantes para explicar os comportamentos atractivos ou repulsivos das mesmas.

3.2. MÉTODO DA ÚLTIMA MIGRAÇÃO

3.2.1. Migrações entre ilhas

A perspectiva de análise abordada neste sub-capítulo, consiste na relação estabelecida entre a ilha de residência no momento do censo e a de residência anterior. Assim, a ilha de partida é a da última residência dos indivíduos, e a de chegada é a da residência dos indivíduos no momento do censo. O Quadro A2 do ANEXO apresenta a população residente segundo concelho de recenseamento e local de residência anterior. Entre as 431.989 pessoas residentes em Cabo Verde no momento do Censo, 20.287 (4,7%) declararam ter residência anterior no estrangeiro, e 2.511 (0,58%) não declararam o local de residência anterior. Estes efectivos não foram considerados na análise.

3.2.1.1. As ilhas de partida e de chegada

O total de migrantes entre ilhas corresponde a 44.427 pessoas, correspondendo a uma proporção de 11% (calculada em relação à população que declarou ter residência anterior Cabo Verde) (Quadro nº10).

Considerando a repartição dos imigrantes em números absolutos, constata-se que a maioria é proveniente da ilha de Santo Antão. Desta ilha saíram 15.448 indivíduos correspondendo a cerca de 35% do total. Da ilha de Santiago, a mais populosa de todas, saíram 6.535 indivíduos correspondendo a 15% e, a ilha de Boavista, a menos populosa do país, contribuiu com 2% dos imigrantes.

Quanto ao acolhimento dos imigrantes, constata-se do mesmo Quadro que S. Vicente é o principal «acolhedor» de migrantes (cerca de 40%), seguindo-se-lhe a ilha de Santiago que acolheu um pouco mais de um quarto (27%). A ilha de S. Nicolau, apesar dos efectivos da sua população encontra-se em penúltimo lugar (2%) e a da Brava, em último lugar (1%).

No Sal, a proporção de indivíduos que declararam residência anterior Cabo Verde, corresponde a 3%. Entretanto, ela recebeu cerca de 15% do total dos migrantes. Estes representam cerca de 48% da sua população. Nesta ilha, de cada 100 residentes nativos de Cabo Verde, 48 são indivíduos que viveram noutras ilhas antes de fixarem residência no Sal.

Quadro nº 10: Repartição dos residentes, das entradas e saídas por ilha

Ilhas	Res. Ant.CV		Entradas		Saídas	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Santo Antão	45407	11,1	2659	6,0	15448	34,8
S. Vicente	61984	15,1	17557	39,5	6994	15,7
S.Nicolau	12808	3,1	971	2,2	3750	8,4
Sal	13711	3,4	6554	14,8	1774	4,0
Boavista	3926	1,0	908	2,0	955	2,1
Maio	6476	1,6	995	2,2	836	1,9
Santiago	222717	54,4	12101	27,2	6535	14,7
Fogo	35892	8,8	2063	4,6	6772	15,2
Brava	6270	1,5	619	1,4	1363	3,1
Total	409191	100	44427	100	44427	100

3.2.1.2. Matriz do saldo migratório entre ilhas

A matriz apresentada no Quadro nº11 mostra que:

- apenas as ilhas de S. Vicente, Sal Santiago e Maio apresentam saldos positivos;
- todas as ilhas têm saldo negativo com Sal;
- com excepção do Sal, Boavista e Maio todas as ilha têm saldo negativo com Santiago;
- Fogo tem saldo migratório muito baixo com Santiago (-4.255 indivíduos);
- Santo Antão tem saldo negativo com todas as ilhas, com valores muito baixas em relação a S. Vicente (-11.353), Sal (-699) e Santiago (-694).

Quadro nº 11: Matriz do saldo migratório entre ilhas segundo método de ultima migração

Ilha de resid. anterior	Ilha de residência no momento do censo									
	S. Antão	S. Vicente	S. Nicolau	Sal	Boavista	Maio	Santiago	Fogo	Brava	Total
Santo Antão		11353	7	699	11	1	694	10	14	12789
S.Vicente	-11353		-658	1	-121	0	883	-241	-134	10563
S.Nicolau	-7	658		0	15	-2	167	11	7	2779
Sal	-699	-1061	-1930		-131	-10	-771	-159	-19	-4780
Boavista	-11	121	-15	131		10	-162	-20	-7	47
Maio	-1	0	2	10	-10		-132	-19	-9	-159
Santiago	-694	-883	-167	771	162	132		-4255	-632	-5566
Fogo	-10	241	-11	159	20	19	4255		36	4709
Brava	-14	134	-7	19	7	9	632	-36		744
Saldo migratório	-12789	10563	-2779	478	0	-47	159	5566	-4709	-744

3.2.1.2. Classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão

Para classificar as ilhas segundo grau de atracção e repulsão, foram fixados os mesmos critérios, apresentados na análise anterior, para os índices de entrada e de saída. Assim, S. Vicente, Sal e Boavista continuam sendo fortemente atractivos, diferenciando-se,

entretanto, no grau de repulsão, sendo Boavista de repulsão alta e S. Vicente e Sal de repulsão normais (Quadro nº12).

Quadro nº 12: Classificação das ilhas segundo grau de atracção e de repulsão

ATRACCAO	REPULSÃO			
		Baixa	Normal	Alta
	Baixa	Santiago	Fogo Brava	Santo Antão S. Nicolau
	Normal		Maio	
Alta		S. Vicente Sal	Boavista	

A classificação de Santiago como ilha de atracção e repulsão baixa, é confirmada pelo seu baixo índice de migração líquida (3%) e elevado índice de eficácia (30%). Santo Antão classificada como ilha de atracção baixa e repulsão forte, confirma-se também pelo seu baixo índice de migração líquida (-25%) e de eficácia (-70%).

Quadro nº13: Índices de entrada, saída, migração líquida e de eficácia por ilha

Ilhas	Res. Ant. Cabo Ver	Entradas	Saídas	Migração Líquida	Índices (%)			
					Entrada	Saída	Mig. Líqui.	Eficácia
Santo Antão	45407	2659	15448	-12789	5,9	26,5	-24,7	-70,6
S. Vicente	61984	17557	6994	10563	28,3	13,6	18,6	43
S.Nicolau	12808	971	3750	-2779	7,6	24,1	-19,6	-58,9
Sal	13711	6554	1774	4780	47,8	19,9	42,2	57,4
Boavista	3926	908	955	-47	23,1	24	-1,2	-2,5
Maio	6476	995	836	159	15,4	13,2	2,5	8,7
Santiago	222717	12101	6535	5566	5,4	3	2,5	29,9
Fogo	35892	2063	6772	-4709	5,8	16,7	-12,3	-53,3

Brava	6270	619	1363	-744	9,9	19,4	-11,2	-37,5
Total	409191	44427	44427	0	10,9	10,9		

3.2.2. As migrações entre concelhos

A análise consiste na relação estabelecida entre o concelho de residência no momento do censo e o da residência anterior. Assim, o concelho de partida é o da última residência dos indivíduos, e o concelho de chegada é o da residência dos indivíduos no momento do censo. Cerca de 475 indivíduos (0,11%) não declararam o concelho de residência anterior e, por isso, não foram considerados nesta parte de análise.

3.2.2.1. Os concelhos de partida

Entre os 408.716 indivíduos que declararam a última residência, algum dos concelhos do país, 71.015 (17%), são migrantes. Do Quadro nº14, que apresenta a proporção de saídas e os índices de saída e de retenção por concelho, constata-se que, os concelhos da Praia, Ribeira Grande, Santa Catarina, Santa Cruz, S. Vicente e S. Filipe, são os principais «fornecedores» de migrantes. Destes seis concelhos partiram 43.151, correspondendo a quase dois terços do total (cerca de 61%), entre os quais, Ribeira Grande e Praia encontram-se em primeiro lugar, (11% cada), seguindo-se-lhes S. Vicente, Santa Cruz e Santa Catarina com 10% cada, e S. Filipe com 8%. Os concelhos que menos contribuíram, em números absolutos, são os do Maio, Boavista, Brava e Mosteiros.

Quadro nº 14: Proporção de saídas e índices de saída e de retenção

Concelhos	População Residente	Migração Interna			Saídos (%)	Índice de saída	Índice de retenção
		Não migrante	Saídos	Total			
R. Grande	21480	18257	7915	26172	11,1	30,2	69,8
Paul	8383	7664	4045	11709	5,7	34,5	65,5
P.Novo	17179	15067	5105	20172	7,2	25,3	74,7
S. Vicente	66671	44427	6994	51421	9,8	13,6	86,4
S.Nicolau	13647	11837	3750	15587	5,3	24,1	75,9
Sal	14596	7157	1774	8931	2,5	19,9	80,1
Boavista	4206	3018	955	3973	1,3	24,0	76,0
Maio	6740	5481	836	6317	1,2	13,2	86,8
Tarfal	17784	15491	2025	17516	2,9	11,6	88,4
S. Catarina	49829	44515	7083	51598	10,0	13,7	86,3

S. Cruz	32965	28801	7114	35915	10,0	19,8	80,2
Praia	104953	69815	8021	77836	11,3	10,3	89,7
S. Domingos	13305	11861	4142	16003	5,8	25,9	74,1
S. Miguel	16104	15470	2568	18038	3,6	14,2	85,8
Mosteiros	9469	8169	1301	9470	1,8	13,7	86,3
S. Filipe	27886	25020	6024	31044	8,5	19,4	80,6
Brava	6792	5651	1363	7014	1,9	19,4	80,6
Total	431989	337701	71015	408716	100	17,4	82,6

Como os tamanhos das populações de partida diferem de um concelho ao outro, torna-se mais interessante analisar a importância dessas correntes considerando as suas respectivas populações. Assim, à semelhança do método anterior, foi calculado um índice de saída para cada concelho, e, com base nos seus valores os concelhos foram também repartidos em três grupos:

- i) um grupo de dois como sendo relativamente os «maiores fornecedores» de migrantes: Ribeira Grande (30%) e Paul (35%);**
- ii) um grupo de seis como sendo relativamente «fornecedores normais» de migrantes: S. Domingos (26%), Porto Novo (25%), S. Nicolau e Boavista (24% cada), Santa Cruz e Sal (20% cada);**
- iii) um grupo dos nove restantes, como sendo relativamente os «menos fornecedores» de migrantes.**

Entre os seis concelhos considerados como os «maiores fornecedores» de migrantes na repartição anterior (repartição em números absolutos), nesta, apenas Ribeira Grande continua incluída na mesma categoria. De forma contrária, Boavista, um dos concelhos que menos contribui, em números absolutos, com os migrantes, nesta repartição, encontra-se no segundo grupo, ou seja o dos concelhos que são relativamente os «fornecedores normais» de migrantes.

3.2.2.2. Os concelhos de destino

O Quadro nº15 apresenta a importância das entradas em relação à população residente por concelho. Do mesmo constata-se que apenas três concelhos recebem cerca de 73% do total das entradas: Praia (39%), S. Vicente (25%), e Sal 9%.

A proporção das entradas no concelho da Praia (39%) é relativamente mais baixa quando se compara com o método da “migração duração de vida”, e as dos concelhos do Sal e S. Vicente, mantiveram-se quase constantes.

Quanto à repartição dos concelhos segundo o índice de entrada, verifica-se que o concelho do Sal apresenta valor mais elevado (48%), seguindo-se-lhe os concelhos da Praia (29%), S. Vicente (28%) e Boavista (23%). O concelho do Maio que recebe cerca de 1% do volume das entradas, ocupa a quinta posição nesta repartição, correspondendo a um índice de entrada de 15%.

Quadro nº15: Importância das entradas em relação a população residente nascida em Cabo Verde por concelho

Concelho	Total Residente	Residência anterior CV			Residente	Índice de Entrada
		Não Migrante	Entradas	% entrada		
R. Grande	21480	18257	2046	2,9	20303	10,1
Paul	8383	7664	614	0,9	8278	7,4
P.Novo	17179	15067	1755	2,5	16822	10,4
S. Vicente	66671	44427	17424	24,5	61851	28,2
S.Nicolau	13647	11837	968	1,4	12805	7,6
Sal	14596	7157	6554	9,2	13711	47,8
Boavista	4206	3018	905	1,3	3923	23,1
Maio	6740	5481	995	1,4	6476	15,4
Tarrafal	17784	15491	1214	1,7	16705	7,3
S. Catarina	49829	44515	2678	3,8	47193	5,7
S. Cruz	32965	28801	3067	4,3	31868	9,6
Praia	104953	69815	28010	39,4	97825	28,6
S. Domingos	13305	11861	1156	1,6	13017	8,9
S. Miguel	16104	15470	331	0,5	15801	2,1
Mosteiros	9469	8169	814	1,1	8983	9,1
S. Filipe	27886	25020	1872	2,6	26892	7,0
Brava	6792	5651	612	0,9	6263	9,8
Total	431989	337701	71015	100	408716	17,4

3.2.2.3. Matriz do saldo migratório entre os concelhos

Da matriz apresentada no Quadro nº16, constata-se que:

- entre os dezassete concelhos do país, apenas Praia, S. Vicente, Sal e Maio apresentam saldos migratórios positivos;
- com exceção do Sal, todos os concelhos têm saldo migratório negativo com o concelho da Praia;

- Praia apresenta um saldo muito elevado com todos os restantes concelhos da ilha de Santiago;
- Sal, que pode ser considerado maioritariamente urbana, é o único concelho que tem saldo positivo com todos os outros;
- S. Vicente tem saldo muito elevado com os três concelhos da ilha de Santo Antão e saldo negativo (-1.061) com o concelho do Sal;
- S. Filipe tem saldo negativo com o concelho da Praia (-3.591), e positivo com o dos Mosteiro (14).

Os resultados obtidos pelos dois métodos são praticamente idênticos, isto é, os três concelhos que revelaram saldos migratórios positivos no método da “migração duração de vida” (Sal, Praia e S. Vicente), mantiveram também saldos positivos neste método.

3.2.2.4. Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão

Para a classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão foram adoptados os mesmos critérios da análise anterior para os índices de saída e de entrada.

Com base nestes critérios foi elaborado o Quadro nº17, segundo o qual apenas quatro concelhos foram classificados como sendo fortemente atractivos, Sal, S. Vicente, Praia e Boavista, distinguindo-se entretanto no grau de repulsão. Os elevados índices de migração líquida dos concelhos do Sal, Praia e S. Vicente, que oscilam entre 18 - 42%, e os baixos índices de migração líquida e de eficácia para o concelho de Boavista (-1,3% e -2,7% respectivamente) confirmam a classificação anterior.

Quadro nº17: Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão

	REPULSÃO			
		Baixa	Normal	Alta
ATRACCAO	Baixa		Tarrafal S. Catarina Mosteiros S. Miguel Santa Cruz S. Filipe Brava	Ribeira Grande Paul Porto Novo S. Domingos S. Nicolau
	Normal		Maio	
	Alta	Praia	S. Vicente Sal	Boavista

O grau de repulsão destes concelhos varia conforme os seus índices de eficácia: o valor muito elevado verificado no Sal (57%) que traduz um ganho positivo de 57 migrantes para 100 migrantes (entradas+saídas) que atravessam os limites da sua fronteira e os elevados índices dos concelhos da Praia (55%) e S. Vicente (43%) traduzem as suas classificações como concelhos de baixa repulsão, e de repulsão normal. O baixo índice do concelho de Boavista (-3%), traduz também o seu grau de repulsão forte (Quadro nº 18).

Quadro nº18: Entradas, saídas, saldo migratório, índice de migração líquida e de eficácia

Concelho	Res. Ant. Cabo Verde	Não Migr. e Saídos	Entradas	Saídas	Saldo Migratório	Índice migração líquida	Índice de eficácia
R. Grande	20303	26172	2046	7915	-5869	-25,3	-58,9
Paul	8278	11709	614	4045	-3431	-34,3	-73,6
P.Novo	16822	20172	1755	5105	-3350	-18,1	-48,8
S. Vicente	61851	51421	17424	6994	10430	18,4	42,7
S.Nicolau	12805	15587	968	3750	-2782	-19,6	-59,0
Sal	13711	8931	6554	1774	4780	42,2	57,4
Boavista	3923	3973	905	955	-50	-1,3	-2,7
Maio	6476	6317	995	836	159	2,5	8,7
Tarrafal	16705	17516	1214	2025	-811	-4,7	-25,0
S. Catarina	47193	51598	2678	7083	-4405	-8,9	-45,1
S. Cruz	31868	35915	3067	7114	-4047	-11,9	-39,8
Praia	97825	77836	28010	8021	19989	22,8	55,5
S. Domingos	13017	16003	1156	4142	-2986	-20,6	-56,4
S. Miguel	15801	18038	331	2568	-2237	-13,2	-77,2
Mosteiros	8983	9470	814	1301	-487	-5,3	-23,0
S. Filipe	26892	31044	1872	6024	-4152	-14,3	-52,6
Brava	6263	7014	612	1363	-751	-11,3	-38,0
Total	408716	408716	71015	71015	0		

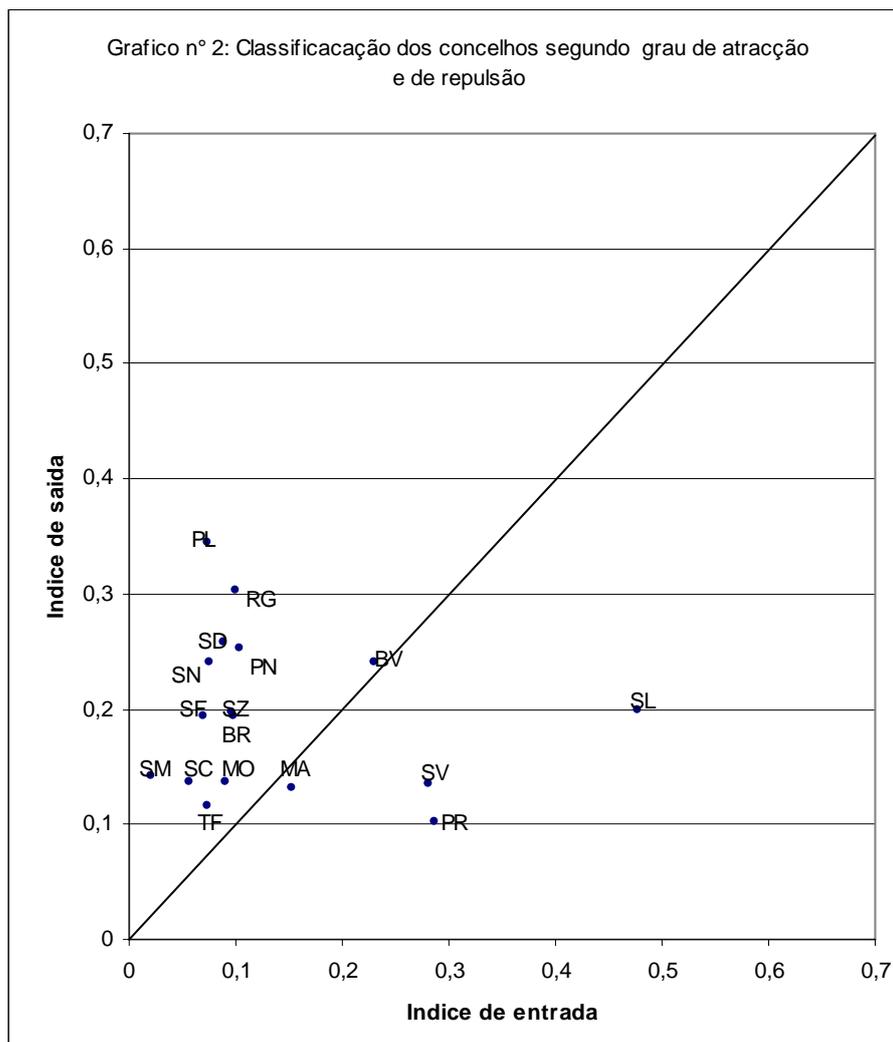
Os baixos índices de migração líquida e de eficácia para Paul, Porto Novo, Ribeira Grande, S. Domingos e S. Nicolau confirmam também as suas classificações como concelhos fortemente repulsivos e de atracção baixa. O baixo valor do índice de migração líquida (-14%), e de eficácia (-53%), conferem o grau de atracção baixa e repulsão normal ao concelho de S. Filipe. Com efeito, para cada 100 migrantes que atravessam o limite administrativo deste concelho, ele sofre uma perda de 53 migrantes.

Tal como no método anterior, o Gráfico nº2 apresenta, uma outra forma de classificar os concelhos. Importa recordar que são mais atractivos quando mais se posicionarem à direita do zero, isto é, quando maior for o valor dos seus índices de entrada representado no eixo dos XX e são mais repulsivos quando mais se posicionarem acima do zero, indicando valores elevados dos índices de saída representado no eixo dos YY.

Assim, Praia, S.Vicente e Sal continuam sendo os três concelhos de atracção alta e repulsão baixa devido aos valores elevados dos seus índices de entrada e baixos índices de saída. Entretanto, Sal continua sendo o concelho mais atractivo, mas, um pouco mais repulsivo do

que no método anterior. Maio e Boavista, continuam sendo ao mesmo tempo atractivos e repulsivos, confirmado pelos seus baixos índices de migração líquida e de eficácia. Todos os restantes concelhos posicionam-se como repulsivos, entre os quais, Paul continua sendo o concelho mais repulsivo.

Entretanto, S. Domingos, contrariamente ao método anterior, apresenta um grau de atractividade muito baixo.



3.2.3. Migração recente (últimos cinco anos)

3.2.3.1. Matriz do saldo migratório

Neste sub-capítulo pretende-se analisar a mobilidade das populações nos últimos cinco anos, afim de se medir a amplitude do fenómeno num período mais recente e identificar as possíveis mudanças dos fluxos.

Da análise da matriz do saldo migratório nos últimos cinco anos, apresentada no Quadro n°19, constata-se que Praia, S. Vicente e Sal continuam sendo os três concelhos cujos saldos migratórios são positivos. Digno de realce é o facto de que Boavista, apesar do tamanho da sua população tornou-se fortemente atractivo nos últimos cinco anos. Esta alteração da mobilidade, pode ser explicado pelo facto dessa ilha ter alguma capacidade de oferta de trabalho, devido aos grandes investimentos turísticos e de infra-estruturas realizados nos últimos tempos, atraindo assim, uma parte importante da população, à procura de trabalho. Todos os restantes concelhos apresentam saldos negativos, atribuindo-lhes o carácter repulsivo.

3.2.3.2. Classificação dos concelhos segundo grau de atracção e de repulsão

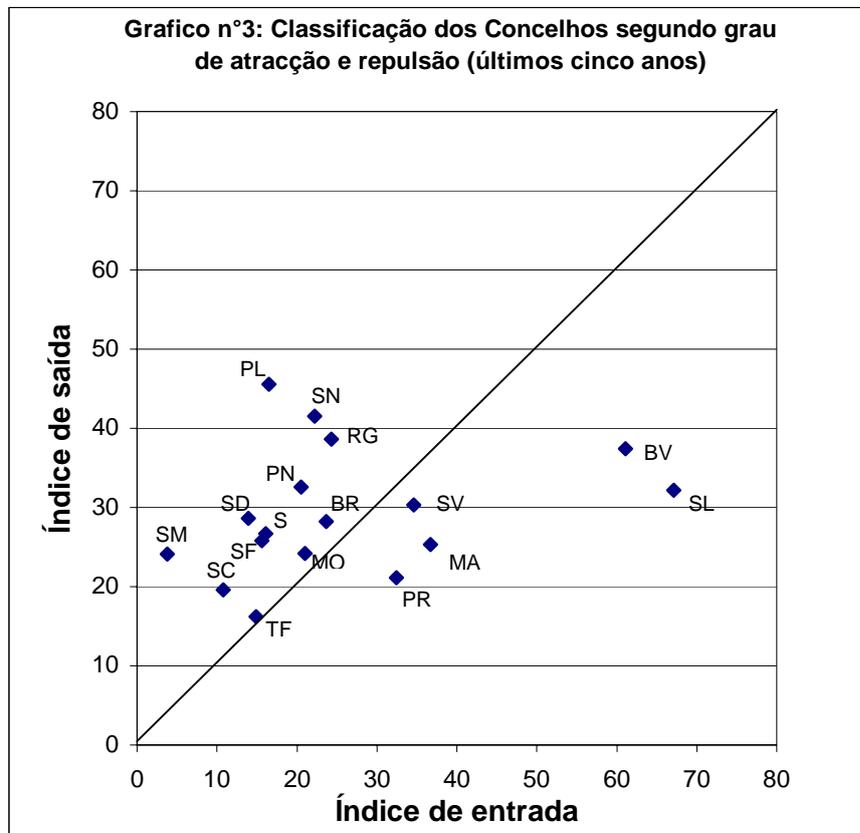
O Quadro nº20 apresenta os índices de entrada, saída, migração líquida e de eficácia nos últimos cinco anos, a partir dos quais os concelhos foram classificados segundo grau de atracção e de repulsão.

I. Quadro nº20: Índices de entrada, de saída, de migração líquida e de eficácia por concelho

Concelhos	Índices			
	Entrada	Saída	Migr.líquida	Eficácia
R. Grande	24,3	38,6	-20,8	-32,3
Paul	16,5	45,6	-42,2	-61,8
P.Novo	20,5	32,6	-16,4	-30,4
S. Vicente	34,6	30,3	6,4	9,8
S.Nicolau	22,2	41,5	-28,4	-42,7
Sal	67,1	32,2	69,4	62,3
Boavista	61,1	37,4	46,6	44,6
Maio	36,7	25,3	16,5	26,3
Tarrafal	14,9	16,2	-1,5	-4,7
S. Catarina	10,8	19,6	-10,4	-33,4
S. Cruz	16,1	26,7	-13,5	-31,1
Praia	32,4	21,1	15,5	28,6
S. Domingos	13,9	28,6	-18,6	-42,4
S. Miguel	3,8	24,1	-23,5	-77,9
Mosteiros	21,0	24,2	-4,2	-9,2
S. Filipe	15,6	25,8	-12,9	-30,6
Brava	23,7	28,2	-6,1	-11,7
Total	26,5	26,5		

Do Gráfico nº3 verifica-se que os concelhos do Sal, Praia e S. Vicente continuam sendo os mais atractivos. Entretanto, verificam-se as seguintes diferenças em relação ao método da última migração de uma forma geral:

- i) Sal apresenta-se com maior grau de atracção e de repulsão, indicando-nos maior mobilidade das populações;
- ii) Praia e S. Vicente continuam com o mesmo grau de atractividade, mas, tornaram-se mais repulsivos;
- iii) Boavista, apresenta um grau de atracção muito alto (mais alto que Praia e S. Vicente), embora continua sendo um concelho de repulsão alta;
- iv) os movimentos de entrada e saída tendem a equilibrar-se no concelho de Tarrafal;
- v) Todos os restantes concelhos estão a tornar-se mais repulsivos e um pouco mais atractivos.



B. PRINCIPAIS RESULTADOS

A aplicação do método da ultima migração permite medir os movimentos directos, e baseia-se nas tendências recentes.

O volume da migração diminuiu em relação ao método anterior. Tal como no método anterior, conclui-se da análise que a classificação das ilhas e concelhos não deve ser feita a partir dos fluxos migratórios em números absolutos, pois são influenciados pelo tamanho das respectivas populações. Para melhor classificação deve-se recorrer a índices relativos de entradas e saídas. Santiago, Maio, Sal e S. Vicente apresentam saldo positivo. Sal e S. Vicente que no método anterior foram classificados como ilhas de repulsão baixa, neste estão incluídos no grupo de repulsão normal. Maio é ilha de atracção e repulsão normal.

Os concelhos de Sal, S. Vicente e Praia continuam sendo os únicos concelhos atractivos do país, sendo Sal mais atractivo que Praia e S. Vicente e com grau de atracção relativamente mais elevada que no método duração de vida. Boavista e Maio continuam sendo ao mesmo tempo atractivos e repulsivos. Todos os restantes concelhos são repulsivos, entre os quais, Paul continua sendo o concelho mais repulsivo.

A combinação deste método com a questão sobre duração de residência, permite-nos medir a amplitude do fenómeno e identificar as possíveis mudanças dos fluxos num período recente. Nos últimos cinco anos Praia e S. Vicente continuam com o mesmo grau de atractividade, mas, estão a tornar-se um pouco mais repulsivos.

Sal continua tendo uma atractividade mais acentuada que Praia e S. Vicente, mas também esta a tornar-se mais repulsivo devido à maior mobilidade das populações. Boavista tem-se tornado mais atractivo que Praia e S. Vicente, facto que pode ser explicado pelos investimentos turísticos realizados na ilha nos últimos tempos. Todos os restantes concelhos, estão a tornar-se um pouco mais atractivos, apesar de continuarem a ser repulsivos.

IV. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Conforme descrito anteriormente, a análise das migrações internacionais consiste em medir as entradas efectuadas pelas pessoas nascidas no estrangeiro ou com residência anterior no estrangeiro, que foram recenseadas em Cabo Verde, e as partidas dos residentes em Cabo Verde em direcção ao exterior nos últimos cinco anos.

4.1. Imigração Internacional

4.1.1. O método da migração “ duração de vida”

Os imigrantes internacionais “ duração de vida”, são os residentes em Cabo Verde que nasceram no estrangeiro. Pretende-se determinar a amplitude do fenómeno, identificar as proveniências, os concelhos de instalação e analisar a estrutura por sexo e idade.

4.1.1.1. Volume, proveniência , concelhos de residência actual e nacionalidade

A população residente em Cabo Verde, nascida no estrangeiro, corresponde a um total de 11.240 indivíduos, entre os quais, 5.878 correspondem ao sexo masculino (52%) e 5.362 correspondem ao sexo feminino, representando cerca de 48% (Quadro A3 do ANEXO). Os imigrantes “duração de vida” representam cerca de 3% da população total residente no país, proporção idêntica à do recenseamento de 1990.

No que se refere aos concelhos de residência actual, verifica-se do mesmo Quadro que a maioria dos imigrantes “ duração de vida “ reside nos concelhos da Praia com 43% e S. Vicente com 18%. Seguem-se os residentes em Santa Catarina (8%) e Sal (6%). Cerca de um quarto encontram-se instalados nos restantes concelhos, destacando-se Tarrafal (4%) e S. Filipe (3%). De realçar que esta distribuição é válida para todas as proveniências.

A elevada proporção de imigrantes internacionais residentes nos concelhos da Praia e S. Vicente é um fenómeno normal decorrente das razões principais no que respeita a migração interna. Com efeito, Praia e S. Vicente são os dois maiores concelhos do país, mais desenvolvidos e com melhores oportunidades de negócios, de emprego e de realização sócio-profissional. Os imigrantes internacionais, seja pelo nível de formação “caso dos ex-estudantes”, seja pelo padrão de vida a que estão habituados, aspiram beneficiar de serviços sociais, culturais e de lazer mais acessíveis nestes dois concelhos do país.

Entre os que declararam a nacionalidade (11.027), mais de metade são cabo-verdianos nascidos no estrangeiro (58%), dos quais, mais de um terço (36%) possuem somente nacionalidade cabo-verdiana e 22% dupla nacionalidade (Quadro nº21). Os residentes que declararam ter nacionalidade estrangeira representam também uma proporção significativa sendo constituída por 4.661 indivíduos que corresponde a cerca de 42% do total. Este facto confirma a forte atracção dos imigrantes estrangeiros em direcção a

Cabo Verde verificada nos últimos anos. Observa-se a mesma repartição no que se refere aos sexos. Entretanto, a proporção das mulheres com nacionalidade estrangeira é relativamente mais baixa (38%) que a dos homens (46%), enquanto que a proporção das que são cabo-verdianas é relativamente mais elevada (40%) que a dos homens (33%).

Quadro nº 21: Repartição dos imigrantes "duração de vida" segundo sexo por nacionalidade

Nacionalidade	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	11027	100	5753	100	5274	100
Cabo-verdiana	3990	36,2	1898	33,0	2092	39,7
Dupla	2376	21,5	1189	20,7	1187	22,5
Estrangeira	4661	42,3	2666	46,3	1995	37,8

Quanto ao país de nascimento verifica-se que a maioria desses indivíduos nasceram na África (77%), seguindo-se-lhes os que nasceram na Europa (17%) e América (5%). Os restantes 1% nasceram em outros continentes não especificados (Quadro A3 do ANEXO). Segundo a nacionalidade verifica-se que:

- entre os *de dupla nacionalidade*, a maioria nasceu em África (76%) e Europa (18%). Cerca de um terço (34%) nasceram em S. Tomé e Príncipe, um pouco mais de um quarto (27%) em Angola, 10% em Portugal, 9% na Guiné-Bissau, 5% no Senegal, e os restantes 15% de outros países da **África, Europa, América e Ásia (Quadro A3.1 do ANEXO)**;
- entre os de *nacionalidade estrangeira*, também a maioria nasceu em África (68%) e Europa (21%). A nível dos países verifica-se a mesma tendência que os de dupla nacionalidade, tendo a maioria nascido em S. Tomé e Príncipe (21%), Bissau (15%), Angola (14%) e Portugal (10%) (Quadro A3.2 do ANEXO);
- metade dos de *nacionalidade cabo-verdiana*, nasceram em S. Tome e Príncipe, 23% de Angola, 7% de do Bissau, 6% de Portugal, 4% de Senegal, e os restantes 10% em outros países não especificados. Estes emigrantes podem ser cabo-verdianos de segunda geração que não adquiriram nacionalidade estrangeira (Quadro A3.3 do ANEXO).

4.1.1.2. Nível de instrução segundo nacionalidade

O nível máximo atingido pelos migrantes “duração de vida” é o EBI, qualquer que seja a nacionalidade, com proporção relativamente mais elevada para os cabo-verdianos (53%) (Quadro nº22). Cerca de um terço desses indivíduos (12%) não possuem nenhuma instrução, sendo essa proporção também relativamente mais elevada para os de nacionalidade cabo-verdiana (16%). O curso superior foi atingido por cerca de 10% desses indivíduos, sendo a proporção dos estrangeiros mais do dobro (15%) da dos cabo-verdianos (6%).

Quadro nº22: Repartição dos imigrantes de quatro anos ou mais segundo nacionalidade por nível de instrução

Nível de instrução	Nacionalidade							
	Total		Cabo-verdiana		Dupla		Estrangeira	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	10547	100	3862	100	2273	100	4412	100
Sem nível	1289	12,2	626	16,2	227	10,0	436	9,9
Alf./EBI	5048	47,9	2055	53,2	1171	51,5	1822	41,3
Secundario	2852	27,0	888	23,0	643	28,3	1321	29,9
Curso Médio	289	2,7	69	1,8	42	1,8	178	4,0
Curso Superior	1069	10,1	224	5,8	190	8,4	655	14,8

4.1.1.3. Estrutura por sexo e idade segundo nacionalidade

Para análise da estrutura, todos os indivíduos de dupla nacionalidade foram considerados como cabo-verdianos.

Os imigrantes “duração de vida” apresentam uma estrutura relativamente jovem em que os menores de 20 anos correspondem a cerca de 21% e os maiores de 50 anos a cerca de 6%. Existe relativamente a mesma repartição por idade, qualquer que seja a nacionalidade (Quadro A4 do ANEXO).

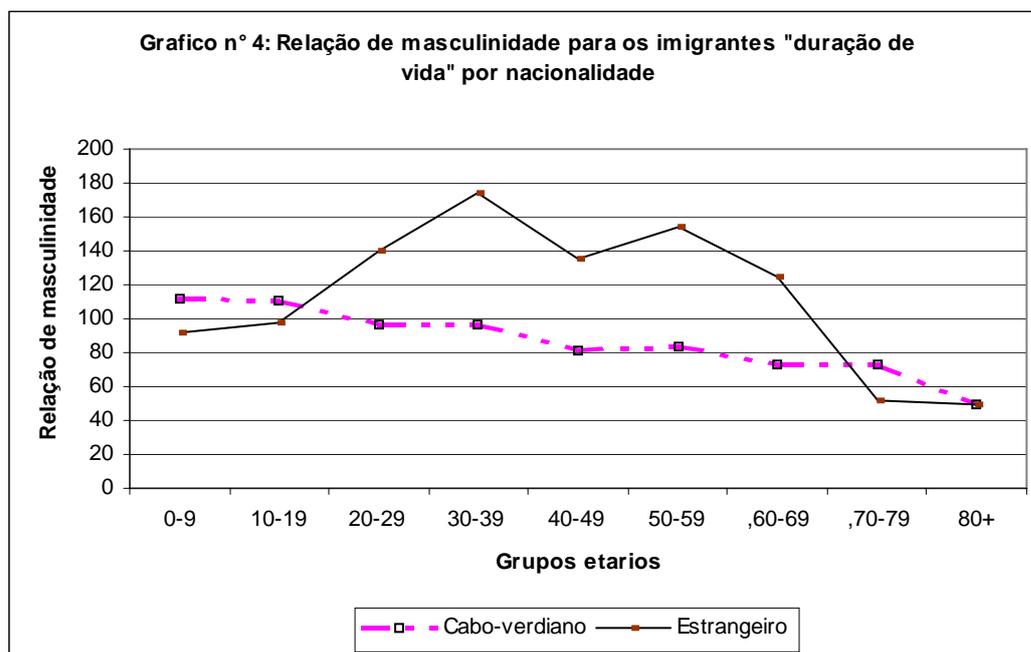
A relação de masculinidade apresentada no Quadro nº 23 e Gráfico nº 4 indica que a nível nacional, estes indivíduos são na maioria homens, com excepção dos do grupo dos 40-49 anos, em que para cada 100 mulheres existem 96 homens, e os do grupo dos 60 anos ou mais.

As diferenças são importantes quando se compara a nível das nacionalidades. Para os estrangeiros, o numero de homens é mais elevado do que o de mulheres em todos os grupos de idades, com excepção dos jovens com idade compreendida entre 0-19 anos, e

dos indivíduos com 70 anos ou mais. Para os de nacionalidade cabo-verdiana, verifica-se situação contrária, isto é, mais mulheres do que homens em todas as idades com excepção do grupo dos jovens entre 0-19 anos onde existem diferenças importantes entre os sexos a favor dos homens. Essa diferença entre os sexos, impõe-nos uma interrogação que infelizmente não é possível responder no âmbito do Censo.

Quadro n.º 23: Relação de masculinidade para os imigrantes
duração de vida por nacionalidade

Grupos de idade	Total	Cabo-verdiana	Estrangeira
Total	109	94	134
0-9	101	112	92
10-19	105	110	98
20-29	114	97	139
30-39	122	96	174
40-49	96	81	135
50-59	116	84	154
60-69	93	73	124
70-79	66	73	52
80+	50	50	50



4.1.2. O método da “ ultima migração ”

4.1.2.1. Volume, proveniência, concelhos de residência actual e nacionalidade

Segundo este método, os imigrantes internacionais são os indivíduos que residiam no estrangeiro antes de fixar residência em Cabo Verde. Segundo o mesmo, que nos indica uma tendência mais recente da migração que o anterior, o número de imigrantes correspondem a um total de 20.287 indivíduos, entre os quais, 11.525 correspondem ao

sexo masculino (57%) e 8.762 ao sexo feminino (43%) (Quadro A2 do ANEXO). Estes, representam cerca de 5% da população total residente no país, valor relativamente superior à do método anterior e relativamente inferior à do Recenseamento de 1990 (6%).

Entre os que declararam a nacionalidade, mais de três quartos são migrantes de retorno, isto é têm nacionalidade cabo-verdiana (80%), entre os quais, quase 13% possuem dupla nacionalidade. Os estrangeiros constituem um contingente de 3.952 indivíduos, representando cerca de 20% do total, valor relativamente inferior ao método anterior. Tal como nível nacional, a maioria são homens qualquer que seja a nacionalidade (Quadro nº24).

Quadro nº 24: Repartição dos inigrantes segundo nacionalidade por sexo "metodo ultima migração"

Nacionalidade	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	20079	100	11401	100	8678	100
Cabo-verdiana	13528	67,4	7621	66,8	5907	68,1
Dupla	2599	12,9	1509	13,2	1090	12,6
Estrangeira	3952	19,7	2271	19,9	1681	19,4

No que se refere à proveniência, constata-se que a maioria é proveniente da África (47%), entre os quais 44% residia anteriormente em S. Tomé. Por ordem de importância seguem-se os provenientes de Angola (29%), Guiné-Bissau (11%) e Senegal (Quadro A5 do ANEXO). O facto da maioria ser proveniente da África pode estar relacionado com a situação vivida no passado, em que, uma grande parte da mão-de-obra residente em S. Tomé, Angola e Guiné-Bissau era cabo-verdiana. Entretanto, os seus descendentes têm estado a regressar a Cabo Verde devido à situação de guerra e péssimas condições de vida nestes países. Entre os provenientes da Europa, os de Portugal correspondem à maioria, isto é, cerca de 23%. Seguem-se os provenientes dos E. U.A., Holanda, Itália e França.

Quanto aos concelhos de residência no momento do censo, tal como no método anterior, o concelho da Praia continua sendo o principal acolhedor dos imigrantes (30%), seguindo-se-lhe S. Vicente (21%) e Santa Catarina (12%). O concelho de S. Filipe que segundo o método anterior acolhia uma proporção insignificante de imigrantes, neste, acolhe cerca de 5%, o que pode ser sobretudo devido ao retorno dos caboverdianos dos E.U.A.

Segundo a proveniência dos imigrantes verifica-se que cerca de dois terços dos provenientes da Guiné-Bissau (65%) residem na Praia e 35% dos provenientes de Holanda residem em S. Vicente (35%). Entre os provenientes de Portugal, quase um quarto (24%) reside na Praia, 21% em Santa Catarina e cerca de 16% na Ribeira Grande. Neste concelho, os imigrantes provenientes de S. Tomé correspondem a cerca de um terço (33%), e os provenientes da Holanda a quase 13%. No concelho de S.

Filipe a maioria dos imigrantes são provenientes dos E.U.A. (29%), Portugal (25%) e Angola (22%).

Segundo a nacionalidade verifica-se que:

- entre os *de dupla nacionalidade*, mais de metade (51%) são provenientes da África e 39% da Europa e 10% da América. Os países de proveniência com maior expressão são S. Tomé e Príncipe (21%), Portugal (21%), Angola (18%) e Guiné-Bissau (6%). Entre os provenientes da América, mais de dois quartos (70%) são provenientes dos E.U.A. (Quadro A5.1 do ANEXO);
- a maior parte dos *de nacionalidade estrangeira* continua sendo proveniente da África (63%) e da Europa (26%). A nível dos países verifica-se que a maioria é proveniente de S. Tomé e Príncipe (18%), seguindo-se-lhe os provenientes de Bissau (14%), Angola (13%), Portugal (13%) e Senegal (9%) (Quadro A5.2 do ANEXO);
- entre os *de nacionalidade cabo-verdiana*, ao contrário das nacionalidades anteriores, a maioria é proveniente da Europa (49%), seguindo-se-lhes os da África (42%) e América (9%). Por países constata-se que o maior contingente é proveniente de Portugal (27%). Seguem-se os de S. Tomé e Príncipe (22%), Angola (13%), Holanda (7%) e França (5%) (Quadro A5.3 do ANEXO).

4.1.2.2. Estrutura por sexo e idade segundo nacionalidade

Entre os imigrantes que declararam a idade e nacionalidade (20.079), cerca de um quarto tem menos de trinta anos, 47% entre 30-59 anos e os com 60 anos ou mais correspondem a 29% (Quadro n°25). Entretanto, observam-se diferenças importantes entre as duas nacionalidades, conforme se poderia esperar. Os imigrantes de retorno, ou seja, os de nacionalidade cabo-verdiana (inclui cabo-verdiana e dupla), são relativamente mais velhos do que os estrangeiros, isto é: cerca de 35% têm 60 anos ou mais, enquanto que essa proporção corresponde apenas a 5% entre os estrangeiros. Os menores de 30 anos correspondem a 18% entre os cabo-verdianos e a 48% entre os estrangeiros. Os com idade compreendida entre 30-59 anos correspondem a cerca de 47% em ambas as nacionalidades.

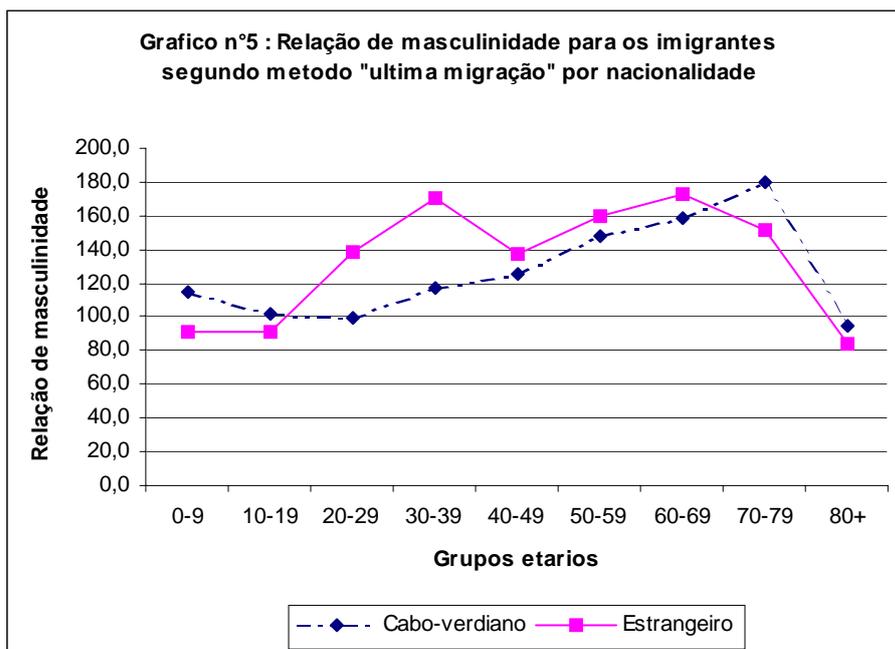
Quadro nº 25: Estrutura por sexo e idade dos imigrantes por nacionalidade

Sexo e grupos etários	Nacionalidade					
	Total		Cabo-verdiana		Estrangeira	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	20079	100	16127	100	3952	100
0-9	648	3,2	316	2,0	332	8,4
10-19	1311	6,5	779	4,8	532	13,5
20-29	2874	14,3	1859	11,5	1015	25,7
30-39	4046	20,2	2938	18,2	1108	28,0
40-49	3399	16,9	2852	17,7	547	13,8
50-59	1965	9,8	1757	10,9	208	5,3
60-69	3322	16,5	3209	19,9	113	2,9
70-79	1880	9,4	1817	11,3	63	1,6
80+	624	3,1	600	3,7	24	0,6
Masculino	11401	100	9130	100	2271	100
0-9	327	2,9	169	1,9	158	7,0
10-19	646	5,7	392	4,3	254	11,2
20-29	1513	13,3	924	10,1	589	25,9
30-39	2282	20,0	1583	17,3	699	30,8
40-49	1904	16,7	1588	17,4	316	13,9
50-59	1178	10,3	1050	11,5	128	5,6
60-69	2044	17,9	1966	21,5	78	3,4
70-79	1205	10,6	1167	12,8	38	1,7
80+	302	2,6	291	3,2	11	0,5
Feminino	8678	100	6997	100	1681	100
0-9	321	3,7	147	2,1	174	10,4
10-19	665	7,7	387	5,5	278	16,5
20-29	1361	15,7	935	13,4	426	25,3
30-39	1764	20,3	1355	19,4	409	24,3
40-49	1495	17,2	1264	18,1	231	13,7
50-59	787	9,1	707	10,1	80	4,8
60-69	1288	14,8	1243	17,8	45	2,7
70-79	675	7,8	650	9,3	25	1,5
80+	322	3,7	309	4,4	13	0,8

No que se refere ao sexo, constata-se do Quadro nº26 e do Gráfico nº 5 que o numero dos homens é superior ao das mulheres, qualquer que seja a nacionalidade. Esta tendência mantém-se a nível de todas as idades com excepção dos indivíduos menores de vinte anos de nacionalidade estrangeira (para cada 100 mulheres existem 91 homens), e dos de nacionalidade cabo-verdiana, com idade compreendida entre 20-29 anos, onde quase existe o equilibrio entre os sexos. A partir dos 80 anos, como se poderia esperar, o numero de mulheres é superior ao dos homens, facto que pode ser atribuída à sobremortalidade masculina.

Quadro nº 26: Relação de masculinidade para os imigrantes segundo método "ultima migração" por nacionalidade

Grupos de idade	Total	Cabo-verdiano	Estrangeiro
Total	131,4	130,5	135,1
0-9	101,9	115,0	90,8
10-19	97,1	101,3	91,4
20-29	111,2	98,8	138,3
30-39	129,4	116,8	170,9
40-49	127,4	125,6	136,8
50-59	149,7	148,5	160,0
60-69	158,7	158,2	173,3
70-79	178,5	179,5	152,0
80+	93,8	94,2	84,6



4.1.3. Imigração recente (últimos cinco anos)

Pretende-se analisar a importância da imigração nos últimos cinco anos, afim de se medir a sua amplitude num período recente. Neste período entraram em Cabo Verde 4.916 imigrantes, correspondendo a cerca de um quarto do total dos imigrantes segundo método ultima migração, proporção que pode ser considerada bastante significativa. Quanto a repartição por sexo, verifica-se a mesma tendência que a nível geral, isto é, os homens constituem a maioria, correspondendo a 2.836 indivíduos (58%) e as mulheres a um contingente de 2.080 indivíduos (42%) (Quadro nº 27). Entre os que declararam a nacionalidade verifica-se que neste período, a maioria das entradas corresponde a movimentos efectuados pelos cabo-verdianos (63%) correspondendo os estrangeiros apenas a 37% das entradas.

4.1.3.1. Proveniência segundo nacionalidade

Nos últimos cinco anos, observa-se uma tendência inversa dos fluxos, em relação ao global, segundo proveniência. Neste período, um pouco mais de metade são provenientes da Europa (51%), 28% da África, 18% da América e os restantes 3% da Ásia. Importa realçar que entre os provenientes da África, os da Guiné-Bissau e Senegal representam mais de metade (33% Guiné-Bissau e 23% Senegal), entre os da Europa, Portugal representa a maioria (51%) e entre os da América, E.U.A. representa quase dois terços. Segundo a nacionalidade, por ordem de importância verifica-se que (Quadro A5.4 do ANEXO):

- entre os de *nacionalidade cabo-verdiana*, cerca de um terço são provenientes de Portugal, 14% dos E.U.A, 10% da França, 7% dos Países Baixos, 6% do Brasil, 5% da Itália, 3% de Angola e 4% do Senegal, 2% de Bissau.
- entre os de *dupla nacionalidade*, tal como os de nacionalidade cabo-verdiana, a maioria é proveniente de Portugal (27%) e E.U.A (16%). Cerca de 8% são provenientes de Guiné-Bissau, 7% da França e 9% dos Países Baixos. Os restantes 33% são provenientes dos restantes países da África, Europa, América e Ásia;
- entre os de *nacionalidade estrangeira*, verifica-se o contrario, sendo a maioria proveniente de Guiné-Bissau (19%). Seguem-se os provenientes de Portugal (16%), Senegal (12%), E.U.A (6%), Angola (5%), Nigéria (4%), França e Brasil (3% cada). Os restantes são provenientes dos outros países da África, Europa, América e Ásia não referidos;

4.1.3.2. Estrutura por sexo e idade

Quanto à estrutura por sexo e idade, observam-se algumas diferenças em relação ao nível global, isto é: a proporção dos indivíduos menores de 30 anos e com 60 anos ou mais é relativamente mais elevada que a nível global, 41% e 19% respectivamente (Quadro nº27). Os estrangeiros também são relativamente mais jovens que os cabo-verdianos: mais de metade dos estrangeiros têm menos de 30 anos enquanto que, essa proporção corresponde a 34% entre os cabo-verdianos. Os com 60 anos ou mais corresponde a 28% entre os cabo-verdianos e apenas 4% no estrangeiros.

Quadro nº27: Estrutura por sexo e idade dos imigrantes nos últimos cinco anos por nacionalidade

Sexo e grupos etários	Nacionalidade					
	Total		Cabo-verdiana		Estrangeira	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	4916	100	3117	100	1799	100
0-9	440	9,0	206	6,6	234	13,0
10-19	405	8,2	189	6,1	216	12,0
20-29	1166	23,7	630	20,2	536	29,8
30-39	1028	20,9	583	18,7	445	24,7
40-49	601	12,2	413	13,2	188	10,5
50-59	334	6,8	228	7,3	106	5,9
60-69	576	11,7	527	16,9	49	2,7
70-79	279	5,7	261	8,4	18	1,0
80+	87	1,8	80	2,6	7	0,4
Masculino	2836	100	1736	100	1100	100
0-9	217	7,7	107	6,2	110	10,0
10-19	219	7,7	103	5,9	116	10,5
20-29	668	23,6	344	19,8	324	29,5
30-39	653	23,0	341	19,6	312	28,4
40-49	373	13,2	260	15,0	113	10,3
50-59	219	7,7	145	8,4	74	6,7
60-69	316	11,1	278	16,0	38	3,5
70-79	137	4,8	128	7,4	9	0,8
80+	34	1,2	30	1,7	4	0,4
Feminino	2080	100	1381	100	699	100
0-9	223	10,7	99	7,2	124	17,7
10-19	186	8,9	86	6,2	100	14,3
20-29	498	23,9	286	20,7	212	30,3
30-39	375	18,0	242	17,5	133	19,0
40-49	228	11,0	153	11,1	75	10,7
50-59	115	5,5	83	6,0	32	4,6
60-69	260	12,5	249	18,0	11	1,6
70-79	142	6,8	133	9,6	9	1,3
80+	53	2,5	50	3,6	3	0,4

A idade mediana destes imigrantes é de 32,4 anos⁴, com valor mais elevada para os homens (33,1 contra 31,4 anos para as mulheres). Como se poderia esperar, existem diferenças significativas entre as duas nacionalidades, com uma diferença de 10,2 anos a favor dos cabo-verdianos. As diferenças entre os sexos são muito baixas entre os cabo-verdianos, enquanto que, entre os estrangeiros, os homens são 3,9 anos mais velhos que as mulheres (Quadro nº28).

⁴ O que significa dizer que metade dos imigrantes têm menos de 32,4 anos e a outra metade mais de 32,4 anos.

Quadro n° 28: Idade mediana dos imigrantes residentes no país nos últimos cinco anos, segundo sexo por nacionalidade

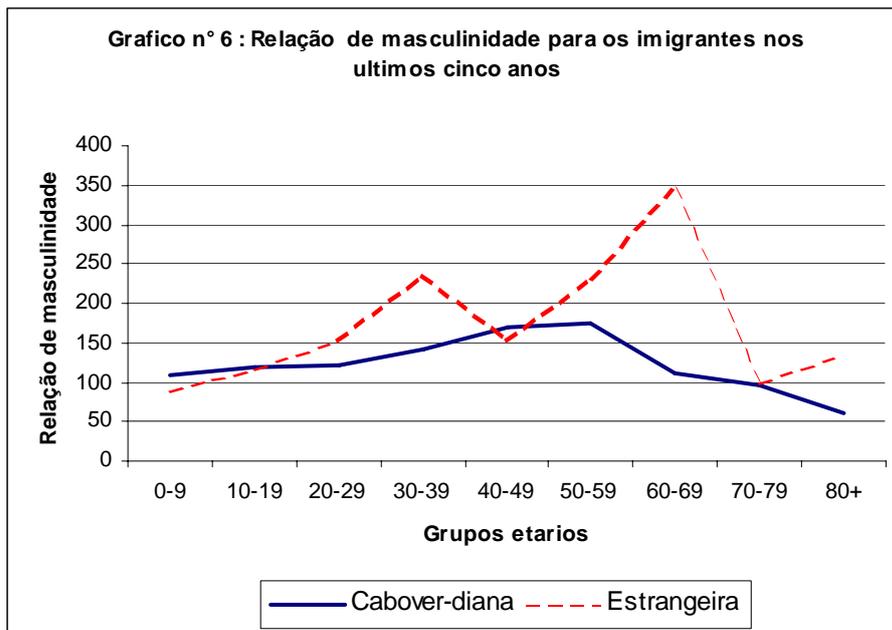
Nacionalidade	Ambos sexos	Masculino	Feminino
Total	32,4	33,1	31,4
Cabo-verdiana	37,9	37,9	37,7
Dupla	27,7	28,9	25

As relações de masculinidade indicam que o número dos homens é superior ao das mulheres, com exceção das crianças menores de dez anos e velhos com setenta anos ou superior. Existem diferenças significativas entre os de nacionalidade estrangeira: enquanto que, a nível global existem 136 homens estrangeiros para cada 100 mulheres estrangeiras, entre os residentes no país nos últimos cinco anos, existem 157 homens para cada 100 mulheres (Quadro n° 29 e gráfico n°6). De notar a grande diferença existente entre estes imigrantes, no grupo dos 30-39 anos (para cada 100 mulheres existem 235 homens), 50-59 anos (para cada 100 mulheres existem 231 homens) e 60-69 anos (para cada 100 mulheres existem 345 homens).

No que se refere aos *migrantes de retorno* (de nacionalidade cabo-verdiana e dupla) verifica-se, que a nível global também existem mais homens que mulheres (126 homens para cada 100 mulheres), apesar desse valor ser inferior ao correspondente aos estrangeiros. Esta tendência mantém-se a nível de todas as idades com exceção dos idosos de 70 anos ou mais, onde o número de mulheres é superior ao dos homens, o que pode ser devido à sobremortalidade masculina.

Quadro n°29: Relação de masculinidade para os imigrantes nos últimos cinco anos

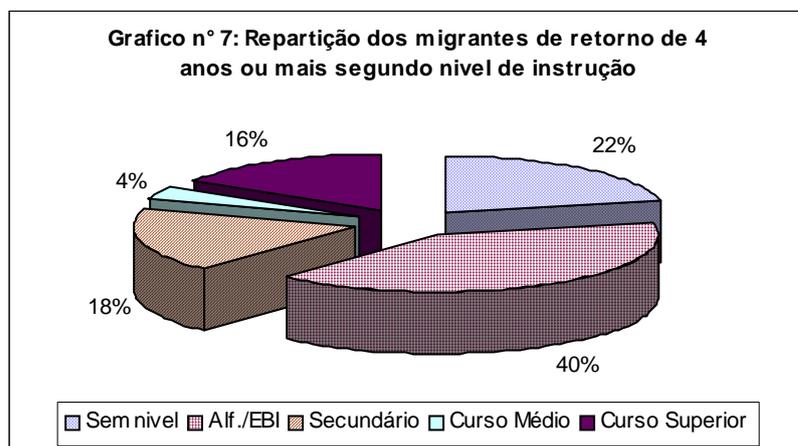
Grupos de idade	Total	Cabo-verdiana	Estrangeira
Total	136	126	157
0-9	97	108	89
10-19	118	120	116
20-29	134	120	153
30-39	174	141	235
40-49	164	170	151
50-59	190	175	231
60-69	122	112	345
70-79	96	96	100
80+	64	60	133



4.1.4. Migrantes de retorno nos últimos cinco anos segundo nível de instrução

O Gráfico n°7 apresenta a repartição dos migrantes de retorno segundo nível de instrução. Uma proporção significativa destes migrantes não possuem nenhum nível de

instrução (22%). Entretanto, o nível máximo atingido pelos que frequentaram ou frequentam um estabelecimento de ensino, é o Básico (40%) . Importa realçar que cerca de 18% atingiram o nível secundário, 16% o curso superior e cerca de 4% o curso médio. Estes resultados vem confirmar a ideia de que uma proporção importante dos migrantes de retorno são cabo-verdianos que se encontravam no estrangeiro por motivo de estudos (principalmente estudos de nível superior visto que a criação de universidades no país ser um fenómeno recente).



Relativamente à idade, conforme se poderia esperar, a proporção dos migrantes de retorno que não possuem nenhum nível de instrução é relativamente mais elevado entre os com 60 anos ou mais (53%) e a dos que atingiram o nível superior é relativamente mais elevada nos migrantes com idade compreendida entre 20-29 e 30-39 anos (33%) (Quadro n°30).

Quadro n° 30: Repartição dos migrantes de retorno de 4 anos ou mais segundo nível de instrução por grupos etários

Nível de instrução	Grupos etários													
	Total		4-19		20-29		30-39		40-49		50-59		60+	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
Total	3017	100	330	100	618	100	576	100	407	100	222	100	864	100
Sem nível	657	21,8	78	23,6	15	2,4	17	3,0	35	8,6	57	25,7	455	52,7
Alf./EBI	1212	40,2	129	39,1	126	20,4	228	39,6	211	51,8	133	59,9	385	44,6
Secundário	542	18,0	122	37,0	200	32,4	116	20,1	72	17,7	17	7,7	15	1,7
Curso Médio	123	4,1	0	0,0	76	12,3	23	4,0	17	4,2	5	2,3	2	0,2
Curso Superior	483	16,0	1	0,3	201	32,5	192	33,3	72	17,7	10	4,5	7	0,8

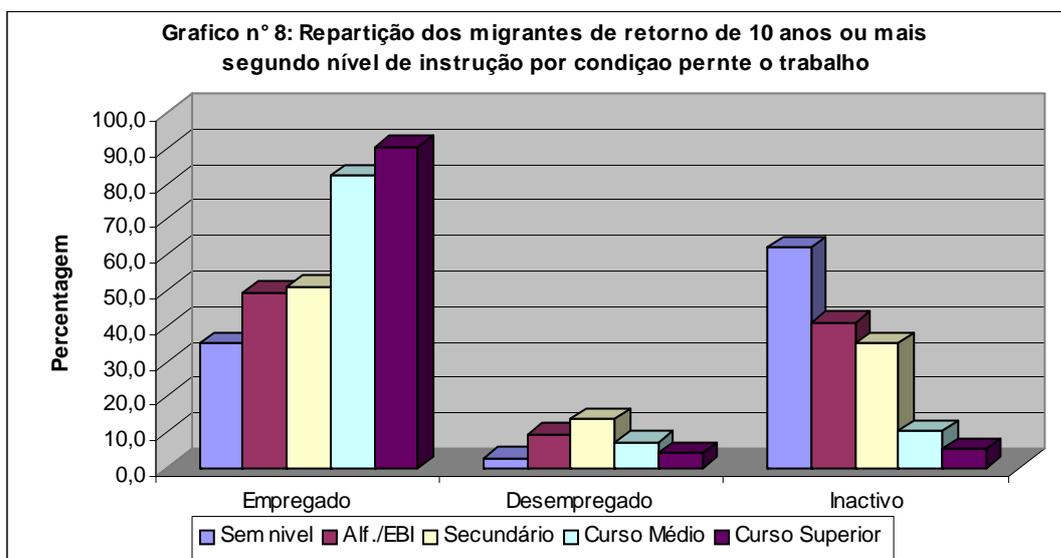
4.1.5. Condição perante o trabalho dos migrantes de retorno

Pretende-se caracterizar a situação dos imigrantes de retorno face ao emprego. Entre os que responderam a questão sobre a condição perante o trabalho, um pouco mais de

metade encontravam-se a trabalhar no momento do censo (55%), cerca de 8% estavam na condição de desempregado que já tinham trabalhado e cerca de 37% eram inativos (Quadro nº31 e Gráfico nº8). Importa realçar que, quase todos os quadros com formação média ou superiora encontram-se a trabalhar. E assim que se encontram nesta condição cerca de 91% dos que atingiram o curso superior e 82% dos que atingiram o médio Os inativos são na maioria indivíduos sem nenhum nível de instrução (62%).

Quadro nº 31: Repartição dos migrantes de retorno de 10 anos ou mais segundo condição perante o trabalho por nível de instrução

Nível de instrução	Total	%	Empregado	%	Desempregado	%	Inactivo	%
Total	2868	100	1584	55,2	228	7,9	1056	36,8
Sem nível	576	100	202	35,1	17	3,0	357	62,0
Alf./EBI	1143	100	565	49,4	108	9,4	470	41,1
Secundário	542	100	278	51,3	74	13,7	190	35,1
Curso Médio	125	100	103	82,4	9	7,2	13	10,4
Curso Superior	482	100	436	90,5	20	4,1	26	5,4



Quanto à idade constata-se que, os empregados são relativamente jovens, entre os quais, cerca de três quartos têm entre 20-49 anos de idade, sendo a maioria correspondente aos indivíduos com idade compreendida entre 30-39 anos (29%) (Quadro nº32). Verifica-se a mesma situação para os desempregados que já trabalharam, sendo a proporção dos 20-49 anos relativamente mais elevada (76%). Contrariamente aos empregados, a maioria dos desempregados têm entre 20-29 anos (43%). Como se poderia esperar, entre os inativos, a maioria são jovens com idade compreendida entre 10-19 anos (15%) e idosos com 60 anos ou mais (54%).

Quadro nº 32: Repartição dos migrantes de retorno de 10 anos ou mais segundo grupos de idade por condição perante o trabalho

Grupos de idade	Condição perante o trabalho							
	Total		Empregado		Desempregado		Inactivo	
Ambos sexos	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Total	2901	100	1606	100	231	100	1064	100
10-19	189	6,5	9	0,6	17	7,4	163	15,3
20-29	627	21,6	425	26,5	100	43,3	102	9,6
30-39	583	20,1	471	29,3	47	20,3	65	6,1
40-49	411	14,2	314	19,6	29	12,6	68	6,4
50-59	227	7,8	121	7,5	16	6,9	90	8,5
60+	864	29,8	266	16,6	22	9,5	576	54,1

4.2. Emigração Internacional

Medir a emigração internacional não constitui tarefa fácil. Torna-se ainda complicado quando se pretende medi-lo a partir de um recenseamento, onde as respostas são obtidas através de outras pessoas, supostamente chefes de agregados familiares ou seus representantes.

Conforme descrito na metodologia, as questões relativas à emigração internacional, referem-se à idade do indivíduo na época da emigração, ao sexo, país de destino, ano de partida e de regresso e correspondem apenas aos movimentos efectuados no período compreendido entre 15/6/95 e 15/6/2000.

4.2.1. Volume, país de destino e ano de regresso

O volume dos emigrantes nos últimos cinco anos corresponde a um total de 12.206 indivíduos entre os quais, 11725 declararam o sexo. Destes, 6.320 são do sexo masculino (54%) e 5.405 do sexo feminino (46%).

Dos 12.206 indivíduos, 11.036 declararam o país de destino e o ano de partida (Quadro nº33). Do mesmo Quadro verifica-se que os fluxos de partida para o exterior têm aumentado anualmente, tendo-se verificado o de maior intensidade no ano de 1999, correspondendo a 32% do total das partidas. O fluxo do ano 1998 corresponde a 19% e o de 1997 a 11%. Importa realçar que o fluxo do ano 2000, que corresponde aos movimentos realizados apenas em seis meses, representa quase metade do fluxo do ano de 1999.

No que se refere ao país de destino, verifica-se que Portugal é o principal acolhedor dos nossos emigrantes (55%). Seguem-se os Estados Unidos da América (19%), França

(8%), Holanda cerca de 5%, e os restantes 13% dirigiram-se aos outros países. Importa realçar que um pouco mais de um terço (36%) das partidas para Portugal ocorreram no ano de 1999.

Quadro n°33 :Emigrantes segundo pais de destino por ano de partida (ultimos cinco anos)

Ano partida	Pais de destino										
	Total	Portugal	E.U.A	França	Holanda	Luxem- burgo	Italia	Espanha	Suica	Outros	NR
Total	12206	6490	2242	958	605	227	342	207	115	643	377
1995	635	255	165	54	48	15	27	15	5	38	13
1996	988	430	265	62	55	22	38	16	10	64	26
1997	1370	701	299	84	55	30	43	19	16	101	22
1998	2371	1247	384	200	126	61	72	56	33	118	74
1999	3927	2346	605	322	181	56	76	64	30	166	81
2000	1998	1061	391	169	87	27	70	26	18	112	37
NR	917	450	133	67	53	16	16	11	3	44	124

Quanto ao retorno, entre os que responderam a esta questão, constata-se que, cerca de 92% dos emigrantes ainda não regressaram (Quadro n° 34). O maior fluxo de retorno ocorreu no ano de 2000.

Quadro n° 34: Emigrantes segundo ano de partida por ano de regresso

Ano de regresso	Ano de partida						
	Total	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	8225	508	779	1018	1768	2794	1358
Nao regressou	7580	396	683	903	1630	2610	1358
1995	3	3	0	0	0	0	0
1996	27	12	15	0	0	0	0
1997	36	10	9	17	0	0	0
1998	62	16	13	14	19	0	0
1999	250	42	34	38	64	72	0
2000	267	29	25	46	55	112	0
NR=3922							

4.2.2. Estrutura por sexo e idade

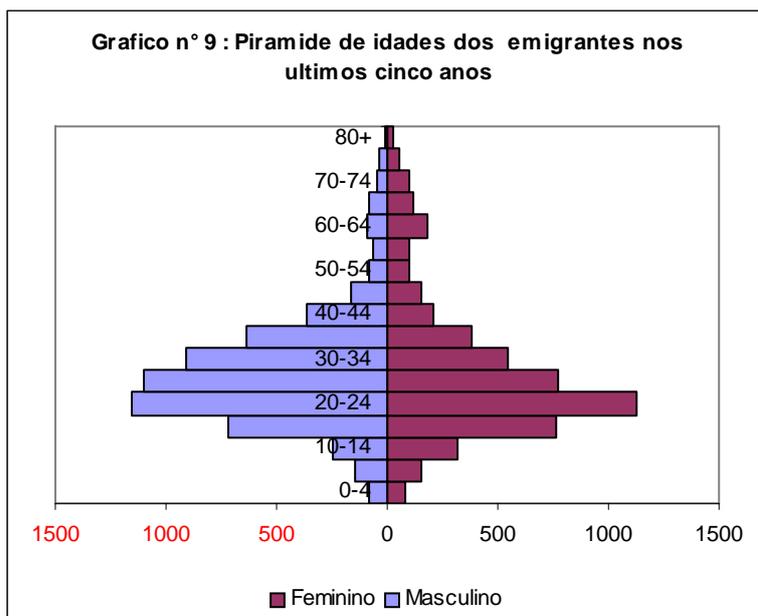
Entre os emigrantes que declararam a idade, quase três quartos eram jovens com idade compreendida entre 15-39 anos (73%), sendo 80% correspondente ao sexo masculino e 68% ao sexo feminino. Cerca de 7% eram pessoas idóneas com 60 anos ou mais (Quadro n° 35 e gráfico n°9). Apesar do censo não contemplar uma questão sobre motivo da emigração, presume-se que estes devem ser indivíduos que emigraram por motivo de reagrupamento familiar, por ser uma idade que dificilmente se poderá encontrar um emprego. A estrutura por idade dos emigrantes é relativamente mais

jovem nas mulheres do que nos homens. Com efeito, a idade mediana a emigração nos últimos cinco anos é de 23,4 anos para as mulheres contra 25,4 anos para os homens e 24,6 anos para o total dos emigrantes.

As relações de masculinidade mostram que o número de homens é superior ao das mulheres nas idades compreendida entre 20-49 anos. A partir desta idade o número de mulheres é superior ao dos homens o que pode ser devido ao facto das mulheres emigrarem principalmente por motivo de reagrupamento familiar a partir desta idade.

Quadro nº 35: Estrutura por sexo e idade dos emigrantes e relação de masculinidade

Grupos etários	Sexo						Relação de masculinidade
	Total	%	Masculino	%	Feminino	%	
Total	11109	100	5926	100	5183	100	114,3
0-4	159	1,4	79	1,3	80	1,5	98,8
5-9	293	2,6	143	2,4	150	2,9	95,3
10-14	556	5,0	242	4,1	314	6,1	77,1
15-19	1480	13,3	720	12,1	760	14,7	94,7
20-24	2283	20,6	1156	19,5	1127	21,7	102,6
25-29	1866	16,8	1096	18,5	770	14,9	142,3
30-34	1451	13,1	906	15,3	545	10,5	166,2
35-39	1023	9,2	638	10,8	385	7,4	165,7
40-44	570	5,1	365	6,2	205	4,0	178,0
45-49	325	2,9	168	2,8	157	3,0	107,0
50-54	182	1,6	79	1,3	103	2,0	76,7
55-59	169	1,5	68	1,1	101	1,9	67,3
60-64	271	2,4	87	1,5	184	3,6	47,3
65-69	200	1,8	78	1,3	122	2,4	63,9
70-74	147	1,3	50	0,8	97	1,9	51,5
75-79	90	0,8	40	0,7	55	1,1	72,7
80+	39	0,4	11	0,2	28	0,5	39,3



4.3. Saldo migratório nos últimos cinco anos

Nos últimos cinco anos, o saldo migratório, ou seja a diferença entre as entradas no país e saídas para o exterior é negativo, correspondente a (-7.290), com valor mais elevado para as mulheres (-3325) do que para os homens (-3394). (Quadro n°36).

Quadro n°36: Saldo migratório por sexo nos últimos cinco anos

Sexo	Entradas	Saídas	Saldo migratório
Total	4916	12206	-7290
Masculino	2836	6230	-3394
Feminino	2080	5405	-3325

C- PRINCIPAIS RESULTADOS

Os imigrantes “duração de vida” correspondem a 3% da população total residente nos agregados familiares em Cabo Verde. São na maioria do sexo masculino (52%) e residem principalmente nos concelhos da Praia e S. Vicente. A maioria nasceu em

África, destacando-se S. Tome e Príncipe e Angola como principais países de proveniência. Entre os nascidos na Europa, os provenientes de Portugal constituem a maioria. Quanto à nacionalidade verifica-se que mais de metade desses imigrantes são cabo-verdianos nascidos no estrangeiro. O nível máximo atingido por esses indivíduos é o básico, independentemente da nacionalidade, com valor relativamente mais elevado para os cabo-verdianos. A proporção dos estrangeiros com curso superior é relativamente mais alta que entre os cabo-verdianos.

Segundo o método da última migração, o volume dos imigrantes correspondem a cerca de 5% da população total residente nos agregados familiares, valor relativamente superior ao método anterior. São também na maioria do sexo masculino (57%) e residem principalmente nos concelhos da Praia e S. Vicente e Santa Catarina. A semelhança do método anterior, a maioria (mais de três quartos) são cabo-verdianos de retorno ao país. A maioria destes imigrantes são provenientes da África, destacando-se S. Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau e Senegal como principais países de proveniência. Entre os provenientes da Europa, os de Portugal constituem a maioria. Existem algumas diferenças entre as nacionalidades: enquanto que a maioria dos estrangeiros e os de dupla nacionalidade são provenientes da África, entre os cabo-verdianos, a maioria é proveniente da Europa.

Cerca de um quarto desses indivíduos entraram no país nos últimos cinco anos, constituindo os homens também a maioria. Destes a maioria (quase dois terços), são também cabo-verdianos de retorno. Constata-se uma inversão da proveniência dos fluxos, em que, contrariamente ao nível geral, neste período, a maioria é proveniente da Europa seguido da África e América, com diferenças segundo nacionalidade. A maior parte dos estrangeiros são provenientes da África, destacando-se a Guiné-Bissau como principal país de proveniência, enquanto que, a maioria dos cabo-verdianos e dos de dupla nacionalidade são provenientes da Europa, destacando-se Portugal e E.U.A.

A maioria dos imigrantes de retorno possuem o EBI como nível máximo atingido, mas importa realçar que uma proporção significativa (quase 25%) possui o nível médio/superior, levando-nos a afirmar que a maioria podem ser estudantes nacionais que se encontravam no estrangeiro por motivo de estudos. Um pouco mais de metade encontravam-se a trabalhar no momento do censo

V. MIGRAÇÕES EM DIRECÇÃO AOS CENTROS URBANOS

A mobilidade das populações, resultante directa do agravamento das condições de vida e da saturação e degradação dos recursos naturais existentes e do acréscimo da população residente, constitui um dos vectores essenciais do processo do crescimento urbano. Para caracterizar esse processo, pretende-se analisar a evolução do crescimento urbano no período compreendido entre 1990 e 2000, estudar as origens dos migrantes residentes nos principais centros urbanos (cidades e vilas com mais de cinco mil habitantes), e analisar o perfil dos migrantes nos últimos cinco anos.

No RGPH-2000 foi considerado centro urbano, todas as localidades que administrativamente são consideradas Cidades e Vilas. No Censo de 1990, centro urbano foi também definido como conjunto de Cidades e Vilas do país. Apesar das duas definições coincidirem, na prática, torna-se um pouco difícil analisar a evolução a nível de alguns concelhos, visto que, em 1990 os centros urbanos foram divididos em três categorias: urbano principal, urbano secundário e semi-urbano, cujas diferenças se desconhece, e, as zonas semi-urbanas não foram incluídas no cálculo da população urbana.

No período compreendido entre os dois recenseamentos, o número de centros urbanos aumentou com a criação dos três seguintes concelhos:

- i) Concelho de S. Miguel (Lei II/V/96 de 11/11/96), constituída pela freguesia de S. Miguel Arcanjo que em 1990 pertencia ao concelho de Tarrafal. Assim, Calheta de S. Miguel, como sede do concelho, foi elevada à categoria de Vila;
- ii) Concelho de S. Domingos (Decreto-Lei 96/IV/93), constituída pelas freguesias de Nossa Senhora da Luz e S. Nicolau Tolentino que em 1990 pertenciam ao concelho da Praia. Varzea da Igreja, como sede do concelho foi também elevada à categoria de Vila;
- iii) Concelho dos Mosteiros (Lei 23/IV/91 de 3/12/91), constituída pela freguesia de Nossa Senhora de Ajuda que em 1990 pertencia à ilha do Fogo. A Igreja como sede do concelho passou também a pertencer à categoria de Vila.

5.1. Evolução da população urbana

O Quadro nº37 apresenta as taxas de urbanização e de crescimento segundo os censos de 1990 e 2000 por concelho. Em termos absolutos, essa população aumentou de 150.599 indivíduos para 232.147, ou seja um crescimento de 81.548 pessoas. Assim, como se poderia esperar, a taxa de urbanização⁵, também aumentou significativamente, passando de 44% em 1990 para 54% em 2000.

S. Vicente continua sendo a ilha mais urbanizada, tendo a sua taxa de urbanização aumentado de 92% para 94%. Seguem-se os concelhos de Sal cuja taxa manteve-se cerca de 90% nos dois censos e o da Praia, cuja taxa também aumentou de 74% para 90%. Os aumentos mais significativos verificam-se nos concelhos de Santa Catarina

⁵ Quociente entre a população urbana e total

cuja taxa de urbanização passou de 8% para 14%, e S. Nicolau⁶, cuja taxa aumentou de 14% para 40%. A menor taxa de urbanização do país verifica-se no concelho dos Mosteiros (4%).

Quadro nº37 : População urbana, taxa de urbanização e de crescimento segundo os censos de 1990 e 2000 por ilha/concelho

Ilhas e concelhos	População urbana		Taxa de urbanização		Taxa de crescimento	
	1990	2000	1990	2000	Pop. Urbana	Pop. Total
Total	150599	232147	44,1	53,7	4,4	2,4
Santo Antão	10083	14222	23,0	30,2	3,5	0,7
Ribeira Grande	4055	4741	19,4	22,1	1,6	0,4
Paul	1161	1796	14,3	21,4	4,5	0,3
Porto Novo	4867	7685	32,7	44,7	4,7	1,5
S. Vicente	47109	62497	91,9	93,7	2,9	2,7
S. Nicolau	1899	5495	13,9	40,3	11,2	0
Sal	6921	13089	89,7	89,7	6,6	6,7
Boavista	1522	2024	44,1	48,1	2,9	2
Maio	1573	2664	31,7	39,5	5,4	3,1
Santiago	73986	122086	42,1	52	5,1	3
Tarrafal	3626	5772	14,3	32,5	4,8	4,3
Santa Catarina	3414	7067	8,2	14,2	7,5	1,9
Santa Cruz	5302	8519	20,5	25,8	4,9	2,5
Praia	61644	94161	74,4	89,7	4,3	4,1
S. Domingos	*	1600	*	12	*	1,5
S. Miguel	*	4967	*	30,8	*	1,6
Fogo	5616	8218	16,6	22	3,9	1
Mosteiros	*	358	*	3,8	*	1,3
S. Filipe	5616	7860	16,6	28,2	3,9	0,9
Brava	1890	1852	27,1	27,3	-0,2	-0,2
* Informação não disponível						

⁶ Diferença relacionada com conceito de urbano em 1990

No que se refere às taxas de crescimentos, depreende-se do mesmo Quadro que a população residente nos centros urbanos cresceu a um ritmo superior à da população total, com uma taxa de crescimento médio anual de 4,4%, enquanto que, a da população total é de 2,4%. A nível dos concelhos verifica-se a mesma tendência com exceção de Brava, onde a população tende a decrescer. A título de exemplo, a taxa de crescimento médio anual para a ilha de Santiago corresponde a 2,7%, enquanto que a sua população urbana cresceu a uma taxa de 5,1%.

Importa realçar que em S. Nicolau verifica-se a maior taxa de crescimento médio anual urbana (11,2%) do país, enquanto que a sua taxa de crescimento médio anual corresponde a zero (0). Apesar de, em termos absolutos, se constatar uma estabilidade no crescimento da população deste concelho, a elevada taxa de crescimento urbano pode ser explicada pela não inclusão, na população urbana, da zona considerada como semi-urbana em 1990. No concelho do Sal as duas taxas coincidem.

5.2. *Origem da população residente nos principais centros urbanos*

Pretende-se determinar a origem dos imigrantes residentes nos principais centros urbanos segundo método da última migração, isto é, através do cruzamento das variáveis “local de residência anterior” e “local de recenseamento”.

Para efeitos de análise foram considerados principais centros urbanos o conjunto de cidades e vilas com mais de cinco mil habitantes do país.

5.2.1. *A população da Cidade da Praia*

Entre os residentes na Cidade da Praia, quase dois terços (65%) são não migrantes⁷. Os imigrantes representam um pouco mais de um terço (35%) (Quadro nº38). Destes, os provenientes do estrangeiro, constituem a maioria (18%). Por ordem de importância relativa, seguem-se os provenientes de Santa Cruz (17%), Santa Catarina (15%), S. Filipe (14%), S. Domingos (10%), e S. Vicente (6%). A população proveniente dos concelhos de Paul, Porto Novo, S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Mosteiros intervêm na constituição da cidade da Praia numa escala nitidamente baixa.

Pode-se afirmar que a população da Cidade da Praia é caracterizada pela predominância de quatro grupos de indivíduos cuja residência anterior corresponde ao concelho da Praia, ou seja os não-migrantes, país estrangeiro, três concelhos da ilha de Santiago (Santa Cruz, Santa Catarina e S. Domingos), e concelho de S. Filipe.

Quadro nº38: População da cidade da Praia segundo residência anterior

Residência anterior	Cidade da Praia	Percentagem	Percentagem acumulada
---------------------	-----------------	-------------	-----------------------

⁷ Indivíduos que declararam o concelho da Praia como concelho de residência anterior

	Total	93329	100,0	
	Concelho de Santa Cruz	60154	64,5	
	Outros concelhos e estrangeiro	33175	35,5	
Outros concelhos e estrangeiro	Estrangeiro	5909	17,8	17,8
	Santa Cruz	5598	16,9	34,7
	Santa Catarina	4803	14,5	49,2
	S. Filipe	4708	14,2	63,4
	S. Domingos	3460	10,4	73,8
	S. Vicente	2008	6,1	79,8
	S. Miguel	1389	4,2	84,0
	Tarrafal	1208	3,6	87,7
	Brava	845	2,5	90,2
	Mosteiros	786	2,4	92,6
	Ribeira Grande	605	1,8	94,4
	Maio	561	1,7	96,1
	Sal	407	1,2	97,3
	S. Nicolau	289	0,9	98,2
	Boavista	258	0,8	99,0
Porto Novo	186	0,6	99,5	

5.2.2. A População da Cidade de Mindelo

Dois terços da população de cidade de Mindelo são indivíduos não-migrantes (Quadro n°39).

As correntes migratórias são menos diversificadas que as da Cidade da Praia. Entre os imigrantes que constituem 34% da população desta Cidade, os provenientes de Santo Antão constituem a maioria (61%) entre os quais, os provenientes de Ribeira Grande representam 28%. Os fluxos provenientes de estrangeiro aportam também uma contribuição importante na constituição desta Cidade (20%), enquanto que os provenientes dos restantes concelhos podem ser considerados insignificantes.

Quadro n°39: População da cidade de Mindelo segundo residência anterior

Residência anterior	Cidade	Percentagem	Percentagem
---------------------	--------	-------------	-------------

		da Praia		acumulada
Total		62100	100,0	
Concelho de S. Vicente		41014	66,0	
Outros concelhos e estrangeiro		21086	34,0	
Outros concelhos e estrangeiro	Ribeira Grande	5813	27,6	27,6
	Estrangeiro	4157	19,7	47,3
	Porto Novo	4008	19,0	66,3
	Paul	3008	14,3	80,6
	Praia	1158	5,5	86,0
	S. Nicolau	1098	5,2	91,3
	Sal	569	2,7	94,0
	Boavista	352	1,7	95,6
	S. Filipe	335	1,6	97,2
	Brava	188	0,9	98,1
	Santa Catarina	115	0,5	98,6
	Tarrafal	104	0,5	99,1
	Mosteiros	55	0,3	99,4
	Santa Cruz	48	0,2	99,6
	Maio	45	0,2	99,8
S. Domingos	24	0,1	100,0	
S. Miguel	9	0,0	100,0	

5.2.3. População da Vila dos Espargos

Contrariamente às Cidades da Praia e Mindelo, um pouco mais de metade da população da Vila dos Espargos são imigrantes (53%). Destes, os provenientes de S. Nicolau e S. Vicente constituem a maioria (54%) (S. Vicente corresponde a 23% e S. Nicolau a 31%). (Quadro nº40).

O concelho da Praia encontra-se na terceira posição com uma contribuição de 10%, os provenientes de estrangeiro ocupam quarta posição (9%), e os de Ribeira Grande quinta posição (8%). A contribuição dos restantes concelhos é relativamente baixa.

Quadro nº 40:Populacao da Vila dos Espargos segundo residência anterior

Residência anterior	Vila dos Espargos	Percentagem	Percentagem acumulada
---------------------	-------------------	-------------	-----------------------

	Total	10420	100,0	
	Concelho do Sal	4851	46,6	
	Outros concelhos e estrangeiro	5569	53,4	
Outros concelhos e estrangeiro	S. Nicolau	1717	30,8	30,8
	S. Vicente	1277	22,9	53,8
	Praia	581	10,4	64,2
	Estrangeiro	485	8,7	72,9
	Ribeira Grande	454	8,2	81,1
	Boavista	191	3,4	84,5
	Paul	163	2,9	87,4
	S. Filipe	144	2,6	90,0
	Santa Catarina	128	2,3	92,3
	Porto Novo	111	2,0	94,3
	Santa Cruz	97	1,7	96,0
	S. Miguel	79	1,4	97,5
	S. Domingos	36	0,6	98,1
	Mosteiros	33	0,6	98,7
	Tarrafal	31	0,6	99,2
Brava	25	0,4	99,7	
Maio	17	0,3	100,0	

5.2.4. População da Cidade de S. Filipe

A maioria da população desta Cidade são não-migrantes (84%). Entre os imigrantes, os provenientes do concelho da Praia ocupam o primeiro lugar com uma contribuição de 40%. Seguem-se os provenientes de estrangeiro (31%) e dos Mosteiros (11%). A contribuição dos restantes concelhos é relativamente baixa, com excepção de Brava e S. Vicente (5% cada) (Quadro A6 do ANEXO).

5.2.5. População da Vila de Tarrafal

À semelhança da Cidade de S. Filipe, a contribuição dos imigrantes na constituição desta Vila é relativamente baixa (17%). De modo idêntico à constituição da população da Cidade da Praia, os provenientes de estrangeiro constituem a maioria (35%). Seguem-se os provenientes de Santa Cruz (21%), S. Miguel (12%) e Santa Catarina (11%). A contribuição dos concelhos de Paul e Boavista é nula (Quadro A7 do ANEXO).

5.2.6. População da Vila de Pedra Badejo

A Vila de Pedra Badejo é constituída na sua maioria pelos não migrantes (83%). Entre os imigrantes que representam 17%, os provenientes de estrangeiro correspondem a quase um quarto (24%). Quanto aos provenientes do interior do país, destacam-se os do concelho de Santa Catarina (22%), Praia (21%) e S. Miguel que contribui com cerca de 10% . A contribuição dos restantes concelhos é insignificante (Quadro A8 do ANEXO).

5.2.7. População da Cidade de Assomada

Na Cidade de Assomada a população imigrante constitui cerca de 21% e os não-migrantes 79%. Do conjunto dos imigrantes, os provenientes de estrangeiro constituem a maioria (33%), seguindo-se-lhe os provenientes da Praia que representam quase um quarto (22%) e os de Santa Cruz (10%). A contribuição da ilha de Boavista é nula e a dos restantes concelhos insignificante (Quadro A9 do ANEXO).

5.2.8. População da Vila de Porto Novo

Na vila de Porto Novo a população não-migrantes representa 84% do total e a migrante cerca de 16%. Destes, os provenientes de Ribeira Grande constituem a maioria, representando um pouco mais de um terço (37%). Em segundo lugar encontram-se os provenientes de Paul (25%) e em terceiro lugar os de S. Vicente (22%). Os provenientes de países estrangeiros contribuem também com uma proporção significativa (12%) (Quadro n.º 40) (Quadro A10 do ANEXO).

5.3. Perfil da população não migrante e migrante nos últimos cinco anos residente no meio urbano

5.3.1. Volume e repartição por sexo

A população não migrante residente no meio urbano é constituída por um total de 158.477 indivíduos entre os quais, as mulheres constituem a maioria correspondendo a 80.848 indivíduos (51%) e os homens a 77.629 indivíduos (49%) (Quadro n.º 41).

A população migrante é constituída por 72.540 indivíduos, entre os quais, as mulheres representam também a maioria (54%). Entre os migrantes nos últimos cinco anos, (19.622 indivíduos), a tendência tende a inverter-se a favor dos homens, chegando

Quadro n.º 41: População residente no meio urbano segundo sexo por estatuto de migração

Estatuto de migração	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Populacao não migrante	158477	100	77629	49,0	80848	51,0
Populacao migrante	72540	100	33997	46,9	38543	53,1
Populacao migrante nos ultimos 5 a	19622	100	9876	50,3	9746	49,7

quase ao equilíbrio entre os dois sexos.

5.3.2. Estrutura por sexo e idade

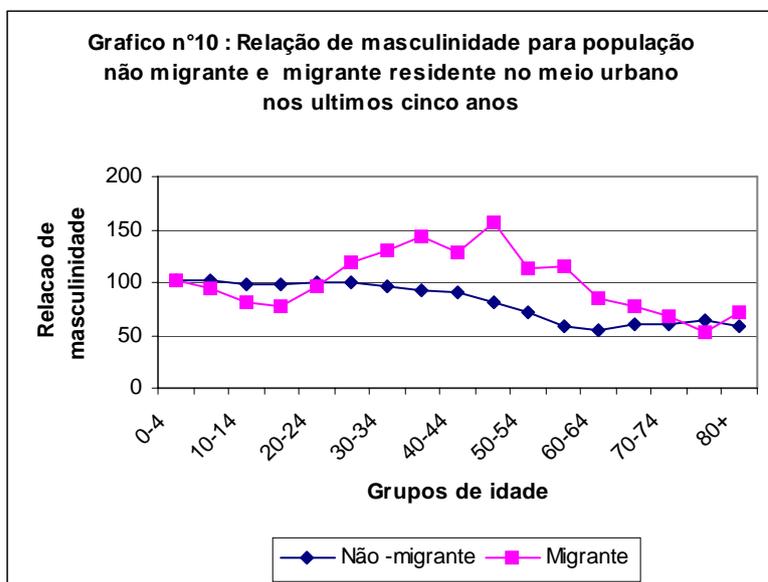
A análise da estrutura por sexo e idade da população urbana, migrante e não migrante torna-se interessante na medida em que permite determinar eventuais desequilíbrios

entre os sexos e possíveis irregularidade entre as idades. Será feita comparação com os migrantes nos últimos cinco anos.

A população não-migrante é relativamente jovem, em que, os menores de 20 anos representam quase dois terços (65%) do total. A população migrante nos últimos cinco anos é relativamente mais velha que a não-migrante, constituída principalmente por indivíduos com idade compreendida entre 15-39 anos (62%). (Quadros A11 e A12 do ANEXO).

A curva da relação de masculinidade para população não-migrante que se encontra abaixo da “linha do nível 100”, para maioria das idades, mostra que existem mais mulheres do que homens em todas as idades, com excepção do grupo dos 0-29 anos onde se verifica o equilíbrio entre os sexos (Gráfico n° 10). Os migrantes nos últimos cinco anos, são na maioria homens com idade compreendida entre 25-59 anos. A partir desta idade as mulheres constituem a maioria, com valores mais elevados que entre os não-migrantes, verificando-se quase equilíbrio nas idades mais avançadas.

As diferenças de estrutura de idade entre os fluxos migratórios tem alguma consequência a nível dos diferentes concelhos do país. Com efeito, se as mudanças migratórias fossem equilibradas, as estruturas por sexo e idade das populações não seriam desequilibradas. Como os comportamentos migratórios não são iguais a nível dos concelhos, as estruturas de uns beneficiam outros, dependendo do seu grau de atracção ou de repulsão.



5.3.3. Nível de instrução

A proporção de indivíduos que não possuem nenhum nível de instrução corresponde a quase 12% os não- migrantes, enquanto que essa proporção diminui para cerca de 10% entre os migrantes nos últimos cinco anos (Quadro n° 42).

O nível máximo atingido é o Ensino Básico, com diferenças significativas entre as duas populações: cerca de 62% para os não-migrantes contra 54% para os migrantes. Entre os que atingiram o secundário/superior, verifica-se o contrario, 37% para os migrantes e 26% para os não-migrantes.

No que se refere aos sexos, observa-se a mesma tendência. Entretanto, em ambas as subpopulações, a proporção de mulheres que não têm nenhum nível de instrução é relativamente mais elevada que entre os homens, enquanto que, a proporção dos homens que atingiram nível secundário é relativamente mais elevada que entre as mulheres.

Quadro n° 42: População não migrante e migrante de 4 anos ou mais residente no meio urbano nos ultimos cinco anos, segundo nível de instrução por sexo

Nível de Instrução	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
POPULACAO NÃO MIGRANTE						
Total	136477	100	66407	100	70034	100
Sem Instrução	15673	11,5	6034	9,1	9603	13,7
Basico	85179	62,4	43383	65,3	41796	59,7
Secundario ou superior	35625	26,1	16990	25,6	18635	26,6
POPULACAO MIGRANTE NOS ULTIMOS CINCO ANOS						
Total	18717	100	9380	100	9337	100
Sem Instrução	1828	9,8	690	7,4	1138	12,2
Basico	10016	53,5	5018	53,5	4998	53,5
Secundario ou superior	6873	36,7	3672	39,1	3201	34,3

5.3.4. Condição perante o trabalho

Pretende-se analisar a situação dos migrantes e não migrantes em relação ao emprego. A inactividade afecta mais a população não migrante (52%) do que a migrante (33%), enquanto que a população migrante que se encontra empregada é relativamente mais elevada (56%) do que a não migrante (37%). Entre os desempregados que já trabalharam não se observam diferenças (Quadro n°43).

No que se refere ao sexo, verifica-se a mesma tendência, contudo, tanto entre os não migrantes como entre os migrantes, a inactividade e o desemprego afectam mais as mulheres do que aos homens, situação que vai de encontro com o nível nacional.⁸

Quadro nº 43: População não migrante e migrante de 10 anos ou mais residente no meio urbano nos últimos cinco anos, segundo condição perante o trabalho por sexo

Condição perante o trabalho	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
POPULACAO NÃO MIGRANTE						
Total	103622	100	50002	100	53618	100
Empregado	38289	37,0	20852	41,7	17435	32,5
Desempregado	11080	10,7	4315	8,6	6765	12,6
Inactivo	54253	52,4	24835	49,7	29418	54,9
POPULACAO MIGRANTE NOS ULTIMOS CINCO ANOS						
Total	16674	100	8445	100	8229	100
Empregado	9277	55,6	5710	67,6	3567	43,3
Desempregado	1862	11,2	529	6,3	1333	16,2
Inactivo	5535	33,2	2206	26,1	3329	40,5

D- PRINCIPAIS RESULTADOS

Nos últimos três anos a população urbana cresceu a um ritmo muito mais acelerado que a população total, correspondendo a taxa de crescimento urbano o dobro da taxa de crescimento da população total. S. Vicente continua sendo a ilha mais urbanizada do país seguido das ilhas do Sal e Santiago.

Um pouco mais de um terço da população das Cidades da Praia e Mindelo corresponde aos imigrantes, entre os quais, os provenientes do estrangeiro representam uma proporção bastante significativa. Importa realçar que mais de metade da população da Vila dos Espargos corresponde aos imigrantes provenientes de S. Vicente e S. Nicolau. A população das Cidades de S. Filipe e de Assomada, das Vilas de Tarrafal, Pedra Badejo e Porto Novo é constituída principalmente pelos não-migrantes. Entre os imigrantes da Vila de Porto Novo, os provenientes de Ribeira Grande e Paul constituem a maioria.

A nível nacional, cerca de um terço da população residente no meio urbano corresponde aos imigrantes, dos quais, um pouco mais de um quarto corresponde aos imigrantes residentes nos últimos cinco anos. A partir dos vinte anos, a população não-migrante é constituída principalmente por mulheres, enquanto que, entre os imigrantes residentes nos últimos cinco anos, os com idade compreendida entre vinte e sessenta e quatro anos são maioritariamente homens. O nível máximo de instrução atingido pelas duas sub-

⁸ Ver Tema “ Características Económicas da População”

populações é o básico. Entretanto, a proporção dos que atingiram o secundário é relativamente mais elevada entre os imigrantes. Destes, a proporção dos que se encontram a trabalhar é relativamente mais elevada que a dos não migrantes, diferenças que pode estar relacionada com a estrutura por sexo e idade das duas sub-populações.

E - CONCLUSÕES GERAIS

O Recenseamento Geral da População e Habitação de 2000 constitui uma fonte muito rica de dados quantitativos sobre as migrações, principalmente no que se refere às migrações internas, que parecem afectar as estruturas das diferentes ilhas (concelhos) do país. Estes dados permitem-nos estudar os fluxos migratórios segundo proveniência ou destino, analisar as principais características dos migrantes, medir a contribuição da migração no crescimento demográfico das principais Cidades e Vilas, os movimentos provenientes do exterior em direcção ao país e as saídas dos residentes para o exterior.

Importa recordar que em Cabo Verde, a maioria das correntes migratórias internas são inter-ilhas. As intra-ilhas são menos expressivas. Uma parte significativa dos movimentos inter-ilhas estão orientados em direcção à Praia, Sal, Mindelo e Maio. Nos últimos cinco anos, verificam-se também movimentos em direcção à Boavista. As possibilidades de emprego que estas ilhas (concelhos) oferecem, explicam em parte, os seus elevados caracteres atractivos. A pressão demográfica e a estrutura socio-economica exercem um efeito determinante no carácter repulsivo das restantes ilhas (concelhos), sobretudo no concelho de Paul que é o mais repulsivo de todos.

Embora a ausência de estimativas sobre o peso da migração interna no crescimento demográfico das populações das ilhas (concelhos), pode-se afirmar que:

- i) o êxodo rural é a principal causa do crescimento urbano;
- ii) as migrações intra-ilhas têm contribuído de forma significativa para o elevado crescimento do concelho da Praia e pela estabilidade do concelho de S. Nicolau;
- iii) as migrações inter-ilhas têm contribuído de forma significativa para o elevado crescimento das populações das ilhas do Sal e S. Vicente.

O elevado crescimento urbano do concelho da Praia, das ilhas do Sal e S. Vicente, reflecte o efeito da política de desenvolvimento do país baseado na promoção destes três pólos, adoptada pelo Governo no período compreendido entre 1975-90⁹. Se os fluxos internos observados continuam a manter-se no futuro, podem originar a longo termo, crescimento descontrolado de algumas regiões e despovoamento de outras.

Em Cabo Verde, não existe uma política formulada para actuar directamente nas migrações internas. Portanto, a rápida urbanização, a repartição e redistribuição espacial da população residente merece uma atenção particular da parte das autoridades. Estes, devem ser sensibilizados sobre as implicações das mudanças na repartição espacial na economia, ambiente e outros aspectos da vida nacional.

⁹ Ver contexto histórico-político, pagina 5

Assim, os esforços para o desenvolvimento regional apresentam uma certa urgência e devem visar, a retenção das populações rurais e desenvolvimento nos concelhos chaves, das estruturas necessárias para o acolhimento e inserção dos inevitáveis imigrantes.

As migrações internacionais possuem uma certa expressão no país. Os indivíduos provenientes do estrangeiro “imigrantes” correspondem uma proporção relativamente significativa na população total residente no país. Estes são na maioria, cabo-verdianos que se encontram de retorno ao país, provenientes maioritariamente de S.Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau, Senegal, Portugal e Estados Unidos.

As entradas nos últimos cinco anos correspondem a um pouco mais de um terço do total das entradas. Neste período, observa-se uma inversão dos fluxos, sendo a maioria cabo-verdianos provenientes da Europa. Enquanto que, entre os estrangeiros a África continua sendo a principal proveniência. Os imigrantes de retorno nos últimos cinco anos são na maior parte indivíduos do sexo masculino, possuindo a maioria entre trinta e cinquenta e nove anos de idade. São relativamente instruídos, tendo uma proporção bastante significativa atingido o nível médio/superior. Este facto, pode levar-nos a afirmar que uma grande parte destes indivíduos são estudantes nacionais que se encontram de regresso ao país.

A maioria dos estrangeiros são provenientes dos países da CEDEAO e são também Cidadãos Lusófanos, que ao abrigo da Lei nº 18/II/82 e 36/V/97 podem circular livremente nas fronteiras nacionais, com direito à residência e estabelecimento no país¹⁰.

Embora as informações sobre emigração internacional refiram-se aos últimos cinco anos, os resultados indicam que as saídas dos residentes em direcção ao exterior ainda continuam tendo uma expressão significativa.

Dado à importância do fenómeno migratório no contexto cabo-verdiano, e agora que o volume, as orientações e a tipologia das migrações internas são conhecidas, outros estudos devem ser realizados privilegiando os factores que originam esses movimentos e suas implicações entre as disparidades económicas as migrações internas e vice-versa. Da mesma forma, outros estudos que permitirão conhecer o volume da emigração internacional, seus determinantes e consequências e países de acolhimento também merecem ser realizados no futuro.

¹⁰ Ver contexto histórico e político pagina 5

ANEXO

Quadro A13: População não migrante residente no meio urbano segundo sexo e nível de instrução por grupos etários

Grupos etários	Sexo e nível de instrução											
	Ambos sexos				Masculino				Feminino			
	Total	Sem inst.	EBI/Alfa.	Outros	Total	Sem inst.	EBI/Alfa.	Outros	Total	Sem inst.	EBI/Alfa.	Outra
Total	102997	8962	58414	35621	49583	2647	29948	16988	53414	6315	28466	18633
4-9	33480	6711	26765	4	16824	3387	13435	2	16620	3288	13330	2
10-14	27363	239	19905	7219	13611	140	10182	3289	13752	99	9723	3930
15-19	21134	297	6055	14782	10444	184	3322	6938	10690	113	2733	7844
20-24	13754	352	7553	5849	6846	193	3939	2714	6908	159	3614	3135
25-29	9301	419	6249	2633	4636	185	3151	1300	4665	234	3098	1333
30-34	7640	517	5404	1719	3746	195	2642	909	3894	322	2762	810
35-39	6793	766	4606	1421	3266	225	2292	749	3527	541	2314	672
40-44	4700	954	2791	955	2224	239	1471	514	2476	715	1320	441
45-49	2847	718	1642	487	1262	157	857	248	1585	561	785	239
50-54	1445	452	779	214	599	100	377	122	846	352	402	92
55-59	1365	577	664	124	502	127	309	66	863	450	355	58
60-64	1780	924	772	84	621	203	366	52	1159	721	406	32
65-69	1649	853	742	54	625	205	382	38	1024	648	360	16
70-74	1321	750	539	32	491	174	293	24	830	576	246	8
75-79	702	367	317	18	271	91	171	9	431	276	146	9
80+	1203	777	396	30	439	229	194	16	764	548	202	14

Quadro A14.1: População migrante residente no meio urbano nos últimos cinco anos segundo sexo e condição perante o trabalho por grupos etários

Grupos etários	Sexo e condição perante o trabalho											
	Ambos sexos				Masculino				Feminino			
	Total	Empregado	Desempregado	Inactivo	Total	Empregado	Desempregado	Inactivo	Total	Empregado	Desempregado	Inactivo
Total	16674	9277	1862	5535	8445	5710	529	2206	8229	3567	1333	3329
10-14	1826	39	24	1763	816	15	7	794	1010	24	17	969
15-19	2526	803	380	1343	1099	449	115	535	1427	354	265	808
20-24	3617	2321	619	677	1773	1338	166	269	1844	983	453	408
25-29	2782	2136	353	293	1512	1314	100	98	1270	822	253	195
30-34	1971	1604	196	171	1119	1021	43	55	852	583	153	116
35-39	1234	993	113	128	732	664	31	37	502	329	82	91
40-44	798	630	77	91	447	402	21	24	351	228	56	67
45-49	458	355	33	70	281	250	11	20	177	105	22	50
50-54	236	146	20	70	126	98	12	16	110	48	8	54
55-59	184	84	16	84	99	60	5	34	85	24	11	50
60-64	308	93	18	197	142	56	11	75	166	37	7	122
65-69	231	37	6	188	100	21	4	75	131	16	2	113
70-74	200	18	3	179	83	11	2	70	117	7	1	109
75-79	120	13	0	107	42	9	0	33	78	4	0	74
80+	183	5	4	174	74	2	1	71	109	3	3	103

Quadro A13.1: População migrante residente no meio urbano nos últimos cinco anos segundo sexo e nível de instrução por grupos etários

Grupos etários	Sexo e nível de instrução											
	Ambos sexos				Masculino				Feminino			
	Total	Sem inst.	EBI/Alfa.	Outros	Total	Sem inst.	EBI/Alfa.	Outros	Total	Sem inst.	EBI/Alfa.	Outra
Total	18717	1828	10016	6873	9380	690	5018	3672	9337	1138	4998	3201
4-9	2230	519	1710	1	1072	250	821	1	1158	269	889	0
10-14	1822	16	1302	504	813	6	584	223	1009	10	718	281
15-19	2502	47	1035	1420	1085	26	458	601	1417	21	577	819
20-24	3568	75	1904	1589	1739	34	930	775	1829	41	974	814
25-29	2733	85	1391	1257	1480	44	736	700	1253	41	655	557
30-34	1938	106	989	843	1093	44	520	529	845	62	469	314
35-39	1229	105	597	527	726	40	330	356	503	65	267	171
40-44	786	130	318	338	440	43	185	212	346	87	133	126
45-49	452	79	194	179	275	31	116	128	177	48	78	51
50-54	228	45	84	99	120	12	45	63	108	33	39	36
55-59	181	57	73	51	95	13	45	37	86	44	28	14
60-64	307	126	146	35	140	29	86	25	167	97	60	10
65-69	227	122	91	14	98	32	56	10	129	90	35	4
70-74	203	123	75	5	82	34	43	5	121	89	32	0
75-79	119	75	38	6	41	17	20	4	78	58	18	2
80+	192	118	69	5	81	35	43	3	111	83	26	2

Quadro A2: População residente segundo concelho de residência actual por local de residência anterior

Local de residência anterior e sexo	Total	Concelho de Residência Actual																
		RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TA	SC	SZ	PR	SD	SM	MO	SF	BR
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
CABO VERDE . . .	431989	21480	8383	17179	66671	13647	14596	4206	6740	17784	49829	32965	104953	13305	16104	9469	27886	6792
Santo Antao	58196	18704	7889	16155	13375	37	860	27	2	33	49	23	958	18	3	10	34	20
Ribeira Grande (RG)	26172	18257	128	705	5875	14	513	19	2	11	26	16	572	13	-	2	13	6
Paul (PL)	11709	163	7664	383	3108	7	179	4	-	5	11	4	156	1	-	3	13	8
Porto Novo (PN)	20172	283	97	15067	4309	14	168	3	-	6	11	2	188	4	3	4	8	5
Concelho nascimento ND	143	1	0	0	83	2	0	1	0	11	1	1	42	0	0	1	0	1
S.Vicente (SV)	51421	1131	318	573	44427	455	1647	236	47	113	144	82	2019	6	8	48	111	56
S.Nicolau (SN)	15587	25	2	3	1113	11837	2209	26	2	12	16	13	290	4	1	16	10	8
Sal (SL)	8931	132	18	11	586	279	7157	137	22	18	44	23	411	6	2	21	57	7
Boavista (BV)	3973	13	3	-	357	11	268	3018	14	7	3	7	259	1	1	1	10	-
Maio (MA)	6317	1	-	-	47	4	32	4	5481	20	37	83	571	5	4	5	17	6
Santiago	217151	277	46	66	1489	169	1275	440	852	16478	46706	31537	87175	12936	15784	384	1195	342
Tarrafal (TF)	17516	2	1	2	71	7	77	21	19	15491	298	262	1120	39	69	3	19	15
Santa Catarina (SC)	51598	11	-	13	120	11	140	35	63	269	44515	880	5232	138	116	10	20	25
Santa Cruz (SZ)	35915	4	-	2	48	13	124	90	160	60	414	28801	5786	293	56	6	17	41
Praia (PR)	77836	257	44	49	1178	133	769	250	526	348	1079	1049	69815	557	58	355	1122	247
S.Domingos (SD)	16003	-	-	-	25	3	38	13	52	13	81	177	3714	11861	10	1	7	8
S. Miguel (SM)	18038	1	-	-	9	1	127	29	32	292	304	338	1397	32	15470	3	2	1
Concelho nascimento ND	245	2	1	0	38	1	0	2	0	5	15	30	111	16	5	6	8	5
Fogo	40601	19	3	12	400	15	237	31	41	35	157	89	5504	46	3	8482	25347	180
Mosteiros (MO)	9470	4	1	2	43	1	54	12	16	1	31	36	731	16	0	8169	326	27
S.Filipe (SF)	31044	15	2	10	345	14	183	19	25	28	124	50	4713	29	3	312	25020	152
Concelho nascimento ND	87				12	0	0	0	0	6	2	3	60	1	0	1	1	1
Brava (BR)	7014	4	-	2	190	1	26	7	15	11	55	45	851	12	-	24	120	5651
Estrangeiro	20287	1110	82	277	4269	792	769	246	228	943	2446	970	6021	148	213	399	918	456
NR	2511	64	22	80	418	47	116	34	36	114	172	94	894	123	85	79	67	66

Quadro A3: População imigrante segundo concelho de recenseamento por continente de nascimento

Continente de nascimento	Concelho de recenseamento																	
	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TF	SC	SZ	PR	SD	SM	MO	SF	BR
Ambos sexos	11240	276	31	146	1965	199	635	133	58	407	896	542	4878	160	179	147	302	286
Africa	8624	218	22	109	1340	121	407	29	39	359	790	500	3806	145	157	112	216	254
Europa	1898	50	6	29	465	70	196	101	15	41	77	29	714	10	18	11	44	22
America	590	7	2	8	106	6	28	3	4	5	20	11	309	5	4	24	38	10
Outro	128	1	1-		54	2	4-	-		2	9	2	49-	-	-		4-	
Masculino	5878	169	18	82	1072	121	412	83	34	192	413	252	2509	65	89	77	159	131
Africa	4522	145	14	60	736	73	272	21	24	169	360	234	1988	56	78	60	120	112
Europa	1006	19	2	17	249	45	126	61	8	20	37	13	355	6	11	5	20	12
America	278	4	1	5	54	1	12	1	2	2	12	3	143	3-		12	16	7
Outro	72	1	1-		33	2	2-	-		1	4	2	23-	-	-		3-	
Feminino	5362	107	13	64	893	78	223	50	24	215	483	290	2369	95	90	70	143	155
Africa	4102	73	8	49	604	48	135	8	15	190	430	266	1818	89	79	52	96	142
Europa	892	31	4	12	216	25	70	40	7	21	40	16	359	4	7	6	24	10
America	312	3	1	3	52	5	16	2	2	3	8	8	166	2	4	12	22	3
Outro	56-	-	-		21-		2-	-		1	5-		26-	-	-		1-	

